

## SIMPÓSIO 47

### LINGUÍSTICA BASEADA NO USO E ENSINO DE PORTUGUÊS

A investigação de fenômenos linguísticos baseada na língua em uso tem revelado motivações semântico-discursivas e cognitivas neles implicadas (BYBEE, 2010). Pesquisadores assim orientados reconhecem que fatores de natureza interacional e cognitiva desempenham papel relevante na configuração estrutural de que se revestem variadas construções linguísticas. Isso equivale a dizer que há, de algum modo, uma motivação entre forma e função, de sorte que a codificação linguística de determinadas estruturas tem a ver com as funções que elas desempenham na interação discursiva e se relaciona diretamente aos propósitos que se quer alcançar (GIVÓN, 2001; FURTADO DA CUNHA *et al.*, 2003). É nesse sentido que se justifica a relevância do estudo da língua em uso, conforme defendem linguistas de várias tendências teóricas. Pesquisas desenvolvidas sob essa orientação têm grande contribuição a dar em prol da melhoria da qualidade do ensino de língua portuguesa ministrado na educação básica, uma vez que esse ensino é frequentemente alvo de discussão, debates e críticas, sobretudo no que diz respeito ao tratamento da análise linguística ou, mais especificamente, das chamadas aulas de gramática. Isso porque a tradição escolar, por muito tempo, limitou o ensino de língua ao ensino de gramática da língua (BECHARA, 1993). Baseado em compêndios gramaticais mais conservadores, esse ensino, de caráter prescritivo, privilegiava uma variedade de uso da língua – a norma padrão –, que poucos usuários dominam e que um número bem menor ainda emprega efetivamente, mesmo em situações formais. Além disso, o trabalho em sala de aula parece não lograr muito êxito, visto que exames oficiais de verificação do desempenho de estudantes da educação básica, como o Enem, têm mostrado um resultado insatisfatório quanto à leitura e à escrita, incluindo-se aí o domínio da norma padrão (BISPO, 2010). Nesse sentido, o simpósio aqui proposto volta-se à análise linguística numa perspectiva centrada no uso, com vistas a um trabalho mais produtivo nas aulas de língua materna. Essa proposta possibilita reunir pesquisas que se apoiam em dados extraídos de situações reais de interação comunicativa, correlacionando-as ao ensino de língua portuguesa.

#### COORDENAÇÃO

**Maria Angélica Furtado da Cunha**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
angefurtado@gmail.com

**Edvaldo Balduino Bispo**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
edbbispo@gmail.com

## A ACESSIBILIDADE DAS CONSTRUÇÕES RELATIVAS E A AQUISIÇÃO DA ESCRITA

Gabriela OLIVEIRA (UNESP)<sup>882</sup>

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é apresentar algumas reflexões preliminares sobre o estudo das orações relativas no processo de aquisição da escrita do português brasileiro, de modo a estabelecer as restrições à acessibilidade e a fim de confirmar ou não a hipótese de que a aquisição dessa construção é regida pela Hierarquia de Acessibilidade de Keenan e Comrie (1977). Segundo esses autores, quanto mais alta a função na hierarquia, mais acessível à relativização é a categoria gramatical envolvida. Para tanto, serão utilizados dados *docorpus* de textos escritos do Grupo de Pesquisa *Estudos sobre a Linguagem* (GPEL/CNPq), coordenado por Chacon (2001-2004).

**Palavras-chave:** Oração Relativa. Hierarquia de Acessibilidade. Aquisição da escrita.

### 1. Palavras Iniciais

A oração relativa (doravante OR), juntamente com a ordem de palavras e a marcação de caso, ocupa um lugar de destaque nos estudos tipológicos. Apesar de privilegiar as condições morfossintáticas que se aplicam à formulação dessas construções, a Hierarquia de Acessibilidade (doravante HA) de Keenan e Comrie (1977), postulada em trabalho pioneiro na área da tipologia de relativas, ainda hoje fornece base sólida até mesmo para estudos descritivos não tipológicos. O que é notável na HA é que ela fornece subsídios relevantes, segundo Dik (1989;1997) e Cristofaro (2003), para enfoques de processamento cognitivo de produção e de recepção, mediante o qual o falante é capaz de recuperar o referente e a função sintática do SN relativizado. Segundo esses autores, quanto mais alta a função na hierarquia, tanto mais fácil é o entendimento da relativa e, por isso, tanto mais acessível à relativização é a categoria gramatical envolvida.

O estudo de Keenan e Comrie (1977) revela que o papel sintático do participante compartilhado pela oração matriz e pela OR permite identificar diferentes tipos de construções. Com base numa amostra de aproximadamente 50 línguas, Keenan e Comrie (1977) observam que a variação existente obedece a padrões regulares de distribuição tipológica e, assim, propõem a hierarquia de acessibilidade das orações relativas, contida em (1):

- (1) Sujeito > Objeto Direto > Objeto Indireto > Oblíquo > Genitivo > Objeto de Comparação  
(KEENAN; COMRIE, 1977)

A HA de Keenan e Comrie (1977) foi proposta para descrever as possibilidades de relativização numa perspectiva tipologicamente orientada. A leitura da HA (e de qualquer outra hierarquia, por princípio) é unilateral, ou seja, quanto mais à esquerda, tanto mais acessível à relativização é a função sintática. A função mais alta, a de Sujeito, é primária, e por isso passível de ser relativizada em qualquer língua. Como todas as hierarquias, se uma língua dispõe de relativas de OI, por exemplo, ela dispõe, portanto, de relativas de todas as funções à esquerda, que são as mais altas: SU > OD.

---

<sup>882</sup> Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. São José do Rio Preto, Brasil. E-mail: gabrielaolvr@gmail.com

A aplicabilidade da hierarquia de Keenan e Comrie (1977) como hipótese de facilidade de processamento cognitivo se confirma em evidências obtidas no processo de aquisição de língua oral. Com efeito, Perroni (2001) mostra que a maioria das ORs construída por crianças entre dois e cinco anos retoma referentes na função de Sujeito e Objeto Direto, justamente os dois graus mais acessíveis na HA. Já no processo de aquisição da escrita por crianças, a acessibilidade das ORs às funções sintáticas ainda não foi tomada como parâmetro de análise no português brasileiro, apesar da relevância tipológica da HA de Keenan e Comrie (1977). É justamente em função dessa relevância que este trabalho<sup>883</sup> se debruça sobre a relação entre aquisição das estratégias de relativização na escrita e a HA, tomada como uma escala de acessibilidade.

## 2. Identificando as estratégias de relativização do português

Sabendo que as línguas diferem no modo como representam o papel do núcleo nominal na OR, Keenan (1985), Comrie (1989) e Givón (1990) propõem estratégias de formação de ORs, basicamente fundadas na recuperação de caso. O português brasileiro, de acordo com Tarallo (1983), se vale de três delas: a estratégia *padrão*, a *cortadora* e a *copiadora*. Na terminologia de Keenan (1985), Comrie (1989) e Givón (1990), tais estratégias correspondem, respectivamente, às estratégias de *pronome relativo*, *de lacuna* e de *retenção pronominal*.

A estratégia de pronome relativo, chamada de *padrão* por Tarallo (1983), por ser a única empregada pelo português brasileiro a se encaixar nos moldes prescritivos da Gramática Normativa, é a que envolve o uso de pronomes especiais, que, nas línguas em geral, são identificados como *pronomes relativos*, usados para representar o papel do núcleo nominal na construção relativa. Estes pronomes, em português, são associados a pronomes indefinidos/interrogativos.

Segundo Givón (1990), há uma forte tendência para que os conectivos não apareçam na posição relativizada, mas, sim, na fronteira entre a oração principal e a relativa, embora haja exceções para essa generalização. No caso do português, os pronomes relativos e os complementizadores aparecem na fronteira entre as duas orações e ocupa a primeira posição da OR, desde que não venha acompanhado de preposição, como ilustram os exemplos (2) e (3):

- (2) O carro *que eu comprei* está desvalorizado no mercado.  
 (3) Fazia muito calor na cidade francesa *em que eu fiquei* durante minha viagem.

O exemplo (2) traz uma relativa de Objeto Direto, cujo referente é *carro*. O conectivo, que, nesse caso é *que*, aparece na primeira posição da oração dependente, mas, em vez de ser considerado um pronome relativo, é, na realidade, uma conjunção ou complementizador, também denominado marcador de relativização (doravante MR) no tratamento tipológico de Dik (1989). Na OR contida em (2) há uma neutralização entre a estratégia padrão e a estratégia cortadora, ou de lacuna (*gappingstrategy*), uma vez que, em português, a função de OD é não marcada para caso, então não há elemento anafórico que estabeleça relação correferencial com o antecedente (*o carro*).

No exemplo (3), a função relativizada é a de Locativo, e o pronome relativo também é *que*, que aparece acompanhado da preposição *em*; embora haja homonímia com o complementizador de (2), o conectivo de (3) é um verdadeiro pronome relativo porque tem sua função de oblíquo marcada morfossintaticamente pela preposição *em*.

<sup>883</sup> Vinculado à pesquisa de doutorado (em adamento) da autora e financiado pela FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (proc. 2013/00065-5).

A segunda estratégia empregada pelo português brasileiro é a estratégia de *retenção pronominal*, chamada de *copiadora* por Tarallo (1983). A estratégia *copiadora* se caracteriza pela presença de um pronome-lembrante na OR, que é correferente ao núcleo nominal da oração matriz. Em outras palavras, emprega-se, na OR, um pronome – pessoal, no caso do português – que recupera anaforicamente o item relativizado da oração principal, estabelecendo, portanto, a relação correferente com o antecedente, função não exercida pelo item conector *que*, também aqui atuando como complementizador ou MR. Os exemplos contidos em (4) e (5) ilustram o fenômeno:

- (4) a criança *que ela não tem esse contato com o livro* quando ela chega na escola... elaela se sente até um po(u)co perdida (IBORUNA AC-088:L540)<sup>884</sup>
- (5) Eu gosto muito da minha amiga *que a mãe dela morreu*.

Segundo Tarallo (1983), as relativas copiadoras são socialmente estigmatizadas no PB e, por isso, menos recorrentes no uso informal. Apesar disso, é comum o uso de relativas copiadoras em posições mais baixas da HA de Keenan e Comrie (1977), como o caso de (5), cujos referentes são cognitivamente mais difíceis de serem recuperados, principalmente quando um OI, um OBL ou um GEN aparecem fora de sua posição canônica pós-verbal. Nesse caso, o uso da estratégia copiadora parece tornar mais fácil o processamento cognitivo desse tipo de relativa, já que o SP acaba por ocorrer em sua posição canônica, respeitando a ordem SVO. O caso de (4), com a estratégia copiadora relativizando a posição de Sujeito e de Objeto, é menos frequente no português falado em geral, e raro no registro de pessoas cultas.

A terceira e última estratégia formal empregada pelo falante do PB é a cortadora (Tarallo 1983), também denominada por Keenan (1985) e Comrie (1989) estratégia de lacuna (*gappingstrategy*), por eliminar não apenas a preposição regida pelo verbo na OR, como na estratégia copiadora, mas também o próprio pronome-lembrante. Considere o caso de (6):

- (6) tem países... *que:: as leis são mais rígidas* (IBORUNA AC-070:L296)

O trabalho de Tarallo (1983) se concentra mais nas estratégias copiadora e cortadora, consideradas em seu aparato sociolinguístico, respectivamente, estigmatizada e neutra, já que a estratégia padrão ou de prestígio, especialmente a usada em posições preposicionadas, tem uma incidência muito baixa na língua falada. De acordo com o autor, a variante copiadora ou de retenção pronominal é mais antiga e sua queda no uso indica que, atualmente, ela exerce um papel secundário como uma das motivações que movem a competição entre as alternativas disponíveis.

Nessa mesma linha, ao considerar essa baixa frequência de construções padrão ou  *pied-piping* nas posições preposicionadas da língua falada, Kenedy (2007) postula um princípio de antinaturalidade da Gramática Universal que se aplica, mais especificamente, tanto à variedade brasileira quanto à variedade europeia.

### 3. A relevância da HA de Keenan e Comrie (1997) para a aquisição da escrita

Para discutir a relevância da HA de Keenan e Comrie (1977), iniciamos esta seção com a retomada de seus princípios norteadores. Como podemos perceber no exemplo (1) acima mencionado, a posição de SU, a mais alta da hierarquia, é por isso mesmo a mais suscetível à relativização, enquanto a de Objeto de Comparação, situada no extremo inferior, é a menos acessível. Portanto, a relativização da posição de SU é considerada a mais

<sup>884</sup>Esse exemplo foi retirado do *corpus* IBORUNA, elaborado pelo projeto ALIP (Amostra Linguística do Interior Paulista). Outras informações sobre esse banco de dados estão disponíveis no site <http://www.iboruna.ibilce.unesp.br/>.

generalizada e, talvez mesmo universal, já que todas as línguas que dispõem de uma construção relativa necessariamente relativizam o SN nessa função. Se uma língua é capaz de relativizar o último grau da escala – Objeto de Comparação – ela é capaz de relativizar todos os anteriores, uma vez que, sob condições normais, não é possível transpor nenhum ponto da HA.

Dik (1997a) e Givón (1990) fazem ressalvas à proposta de Keenan e Comrie (1977). Dik (1997a) e Givón (1990) concordam com o princípio de que influenciam a relativização também traços semânticos e pragmáticos, não previstos na hierarquia postulada por Keenan e Comrie (1977), que se limita somente a critérios morfossintáticos. Comprovamos a veracidade dessas críticas quando, em trabalho anterior (OLIVEIRA, 2011), mostramos que as funções sintáticas não são suficientes para representar a acessibilidade das relativas em línguas indígenas brasileiras. Muitas línguas da amostra analisada não dispõem de construções formais de relativização, enquanto para outras não são relevantes as funções sintáticas elencadas por Keenan e Comrie (1977). Portanto, ainda que o pioneirismo da HA de Keenan e Comrie (1977) e seus fundamentos sejam premissas necessárias para qualquer trabalho que se debruce sobre relativas, é importante sempre não tomá-la como único e definitivo modelo de análise; ao contrário, é necessário avançar na direção das especificidades semântico-pragmáticas que envolvem a relativização.

Perroni (2011) encontra evidências para postular um conjunto que rotula como “relativas que são fáceis” no processo de aquisição da língua materna. Submeteu à análise três aspectos referentes à aquisição de ORs: a função sintática relativizada nos termos de Keenan e Comrie (1977), a posição que a relativa ocupa na oração (se aparece intercalada na matriz ou deslocada à direita) e a realização do traço semântico [animacidade] do SN relativizado. Como se percebe, Perroni (2001) trabalha tanto com critérios sintáticos quanto com critérios semânticos.

Os resultados a que chega Perroni (2001) revelam que quase 100% dos casos encontrados no processo de aquisição dizem respeito a relativas de SU e de OD. Esses dados confirmam o pressuposto da HA de que há uma correlação positiva entre a acessibilidade das posições mais altas nas relativas das línguas do mundo e o processo de aquisição. Em quase 100% dos casos, as relativas aparecem à direita da sentença, na última posição, como ramificações da oração matriz. Além disso, os dados de Perroni (2001) mostram que em 70% dos casos o núcleo do antecedente das relativas é representado por um referente não-animado.

É fato que a aquisição de escrita lida com aspectos de processamento diferentes dos da aquisição de língua oral. Vários são os motivos: em primeiro lugar, a aquisição de escrita acontece num momento em que o sujeito, seja infante ou não, já passou por um processo completo de aquisição da linguagem oral; em segundo lugar, diferentemente da fala, a aquisição da escrita ocorre em um contexto escolar, institucional, diretamente dirigido ao desenvolvimento de habilidades cognitivas raramente apreensíveis num contexto natural.

É verdade que, numa sociedade letrada como a nossa, um grau significativo de acesso ao letramento já ocorre diante da intensa convivência com materiais escritos em geral e, para muitos adultos, essa convivência é o único meio de acesso. No entanto, o valor simbólico da escrita requer um contexto institucional.

Constitutivamente, a única diferença entre as duas modalidades é o suporte material, definido como fones na fala e grafemas na escrita, já que, se é verdade que a fala é heterogênea, a escrita também o é, haja vista a existência corriqueira de oralidade na escrita, especialmente de aprendizes formais (CORRÊA, 2004).

Olhando especificamente para a aquisição de relativas na escrita, é possível considerá-la de duas perspectivas. A primeira delas diz respeito à funcionalidade dessa construção para o escrevente em fase de aquisição. A relativa serve, de modo geral, à função de construir ou de identificar um referente, dentro de uma gama de possibilidades. Outra perspectiva relevante

é a semântica-formal, a partir da qual Keenan e Comrie (1977) identificam as restritivas. Segundo esses autores, qualquer objeto sintático é uma oração restritiva se restringir, num primeiro momento, um conjunto de objetos por meio da especificação de um conjunto maior (o domínio da relativização ou constituinte pivô) e se também restringir, num segundo momento, esse conjunto.

Sobre a escolha das estratégias de relativização em relação à função sintática relativizada, é de se esperar que a estratégia cortadora e, em menor escala, a copiadora apareçam na escrita nas posições mais baixas da hierarquia, como OI, OBL e GEN. A viabilização dessa expectativa se justificaria tanto pelo fato de elas possibilitarem uma maior facilidade de compreensão, quanto pelo de fazerem parte das estratégias mais utilizadas oralmente por esses escreventes ou mesmo de serem as únicas realmente já adquiridas antes do letramento, conforme postula Kenedy (2007); desse modo, o aparecimento da estratégia padrão em relativas de posições mais baixas forneceria evidência de que a aquisição da estratégia padrão só ocorreria mesmo durante o letramento formal em virtude do processo de imposição normativa.

#### 4. *Corpus de análise e resultados obtidos*

A análise deste trabalho se valeu de parte do *córpus* de textos escritos coletados por Capristano (2001-2004), pertencentes ao GPEL anteriormente citado. Foram escolhidos textos de 36 crianças da primeira série escola *Wilson Romano Calil*, de 2001. O *córpus* deste trabalho é composto por 14 propostas textuais dos mais diferentes gêneros, somando, ao final, aproximadamente 470 textos.

A análise desta amostra apontou 85 dados de relativas, sendo que os alunos com maior produção foram (i) o aluno identificado com o número 7, com oito dados de relativas; e (ii) os alunos de número 06 e 20, com sete dados cada um. Ao todo, onze alunos não produziram nenhuma OR ao longo das catorze propostas textuais.

No tocante às estratégias de relativização, a tabela 01 a seguir resume os dados encontrados:

<b>Estratégia</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem</b>
Padrão (com marcação de caso)	0	0%
Neutralização Padrão/Cortadora	81	95,4%
Cortadora	2	2,3%
Copiadora	2	2,3%
*Cortadora	83	97,7%
TOTAL:	85	100%

Tabela 1. *Estratégias de relativização*

A análise da tabela permite afirmar que a estratégia cortadora foi a mais recorrente no *córpus*. Se considerarmos os casos de relativização de Sujeito e Objeto Direto, em que há uma neutralização entre a estratégia padrão e a cortadora, temos uma escolha quase que absoluta dessa última estratégia.

No tocante ao uso da estratégia cortadora, percebemos que a maioria dos casos aparece nas funções de S e OD, em que há a neutralização desta estratégia com a padrão. No entanto, há dois casos no *córpus* com relativização de Oblíquo com apagamento da preposição, sendo ambos relativização de Tempo, como vemos no exemplo (07) a seguir:

(07) estou feliz por aquele *dia que vocês vieram aqui pela ultima vez* (WRC-2001, p14, a07)

A relativização de Tempo sem preposição é controversa. Alguns autores, como Hengeveld e Mackenzie (2008), assumem que em casos como (07) não há relativização propriamente dita. Longhin (2011) acredita que haja uma gramaticalização em curso das construções do tipo (*na*) *hora que*. Já Camacho (2011) postula que, nesses casos, o nome indicador de tempo (dia, hora, vez) mobiliza uma estrutura argumental, fazendo com que a falsa relativa seja, na verdade, um argumento do nome. Em todo caso, a construção presente em (08) assemelha-se fortemente às OR e entendemos que, a princípio, haja relativização de Oblíquo por meio da estratégia cortadora.

Já a estratégia copiadora apareceu em dois casos, ambos na relativização de Sujeito, contrariando a expectativa. Vejamos o caso:

(08) se eu conheço um *Homem que ele não ten voz*(WRC-2001, p12, a13)

Percebemos, nesse exemplo, que a relativa está inserida numa pergunta e que *ele* retoma o referente *homem*. É muito comum em português que haja construções topicalizadas, em que o referente aparece no começo da sentença e é retomado por um pronome pessoal, como vemos em (09):

(09) A menina, ela estuda na minha classe.

A motivação que leva um falante a produzir um enunciado como o de (09) é pragmática. Consideramos que a relativização em (08) siga o mesmo princípio norteador, o que leva ao uso da estratégia copiadora.

A estratégia padrão, com marcação de caso, não ocorreu em nenhum caso das relativas analisadas.

No tocante às funções sintáticas relativizadas, a tabela 02 a seguir resume as ocorrências obtidas na análise do corpus:

Função	Sujeito	O.D.	O.I.	Oblíquo	TOTAL
Quantidade	65	18	0	2	85
Porcentagem	76,5%	21,2%	0%	2,3%	100%

Tabela 2. Hierarquia de Acessibilidade

A leitura da tabela permite afirmar que a relativização no processo de aquisição da escrita segue a HA de Keenan e Comrie (1977). O grande número de relativização de Sujeito confirma a primazia dessa função sintática em relação às outras. O segundo maior número de ocorrências está na função de Objeto Direto, a segunda mais acessível na hierarquia. Encontramos, ainda, relativização de Oblíquo, apesar de não haver relativização de Objeto Indireto.

Os dados permitem afirmar que a função de Objeto Indireto é a mais frágil da hierarquia de Keenan e Comrie (1977). Em amostra anterior<sup>885</sup>, percebemos que outras categorias semânticas, como Tempo e Lugar, são mais acessíveis do que a categoria sintática OI, e até mesmo, eventualmente, mais acessíveis do que as categorias semânticas Recipiente e Beneficiário, que, quando presentes enquanto segundo argumento de um verbo, ocupam a função sintática de Objeto Indireto.

## 5. Considerações finais

<sup>885</sup> OLIVEIRA, 2011.

A análise dos dados nos permite reafirmar a validade e a aplicabilidade da HA de Keenan e Comrie (1977) para as OR, agora vistas sob a perspectiva da aquisição da escrita. No geral, os dados seguem o previsto pela hierarquia: o maior número de relativizações é encontrado na função de Sujeito, primária e mais acessível, seguido da função de Objeto Direto, também mais acessível.

A função de Objeto Indireto não é relativizada no cópuz analisado, apesar de ser acessível em português e de haver, no cópuz, relativização de Oblíquo. Temos duas explicações para o fato: (i) esta função é a mais frágil da hierarquia, o que justifica a não ocorrência de relativização; ou (ii) a relativização de Oblíquo, que se deu pela relativização e Tempo (função semântica), não é relativização propriamente dita, mas sim um caso de gramaticalização de *dia que*. Assim, haveria apenas relativização de S e OD, sem lacunas na hierarquia.

Em relação às estratégias de relativização, temos uma grande ocorrência de relativas cortadoras, sejam elas neutralizadas em relação à padrão, sejam elas com corte de preposição. Não houve casos com estratégia padrão em posições preposicionadas, o que era de se esperar, já que, concordando com Kenedy (2007), essa estratégia é mais complexa e só é adquirida tardiamente, com o acesso à norma padrão veiculado pelo ensino formal da língua. A estratégia copiadora, presente em dois casos, surpreende ao ocorrer na função de Sujeito, a mais acessível e, por isso, com menos dificuldade de recuperação de caso. Consideramos que critérios pragmáticos influenciaram a escolha dessa estratégia em detrimento de outras.

Por fim, podemos perceber que a relativização da função mais baixa, Oblíquo, ocorreu exatamente na escrita dos alunos que produziram um número maior de relativas: o aluno 7, com oito ocorrências, e o aluno 18, com seis. Percebemos, portanto, que há uma relação entre a aquisição da escrita e a HA de Keenan e Comrie (1977), em dois níveis: (i) no sentido de que quanto mais alta a função sintática, mais acessível ela está à relativização; e (ii) no sentido de que a quantidade de relativas influencia na função sintática relativizada (quanto mais ocorrências por criança, mais chances de funções mais baixas serem relativizadas; quanto menos, apenas as funções mais altas são relativizadas).

## Referências Bibliográficas

BRAGA, M.L., KATO, M.A., MIOTO, C. As construções-Q no português brasileiro falado. In: KATO, M.A., NASCIMENTO, M. (orgs.) *Gramática do português culto falado no Brasil*. (vol. 3: a construção da sentença). Campinas, Editora da UNICAMP, 2009, p. 241-289.

BISPO, E.B. Oração adjetiva cortadora: análise de ocorrências e implicações para o ensino de português. *Linguagem e ensino*, v.10, n1, p.163-186).

CAMACHO, R. G. A nominalização como estratégia de relativização em línguas nativas da Amazônia brasileira. *Luso-Brazilian Review*. University of Wisconsin, v.49.n 1, p. 225-251, 2012.

\_\_\_\_\_. Construções relativas nas variedades do português: uma interpretação discursivo-funcional. *Filologia e Linguística Portuguesa*, 2011.

CAPRISTANO, C.C. *Banco de dados sobre aquisição da escrita*. São José do Rio Preto, 2004.

COMRIE, B. *Language universals and linguistic typology*. Oxford: Blackwell, 1989.

CORRÊA, M. L. *O modo heterogêneo de constituição da escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

CRISTOFARO, S. *Subordination*. Oxford: University Press, 2003.



- DIK, S. C. *The theory of Functional Grammar*. Part I. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1989.
- DIK, S.C. *The theory of functional grammar*. Part II: The structure of the clause. (2nd revised edition), ed. Hengeveld, Kees. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997.
- GIVON, T. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins. 1990.
- GONÇALVES, S.C.L. Banco de dados Iboruna: amostras eletrônicas do português falado no interior paulista. Disponível em: <http://www.alip.ibilce.unesp.br/iboruna>.
- GREENBERG, J.H. Some universals of language, with particular reference to the order of meaningful elements. In: \_\_\_\_\_ (ed.). *Universals of language*. Cambridge: MIT Press. 1988.
- HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J.L. *Functional Discourse Grammar: a Typologically-based Theory of Language Structure*. Oxford: Oxford University Press. 2008.
- KATO, M. A . Orações relativas: variação universal e variação individual no português. *Estudos Linguísticos* (V Anais de Seminários do GEL). São Paulo, 1981, p. 1-16.
- \_\_\_\_\_. Recontando a história das relativas em uma perspectiva paramétrica. In: ROBERTS, I. e KATO, M. *et ai*. As construções-Q no português brasileiro falado: perguntas, clivadas e relativas, parte III, p. 303-368, In: KOCH, I. G. V. (org.). *Gramática do português falado*, vol. VI: desenvolvimentos. Campinas: Editora da Unicamp, 1996b.
- KEENAN, E.L Relative clauses. In: SHOPEN T. (ed.) *Language typology and syntactic description*, v. 2: Complex constructions. Cambridge: University Press, 1985, p. 141-70.
- KEENAN, E. L.; COMRIE, B. Noun Phrase Accessibility and Universal Grammar. *Linguistic Inquiry*. v.8. n.1. Cambridge, 1977. p. 63-99.
- KENEDY, E. *A antinaturalidade de pied-piping em orações relativas*. 220f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2007.
- LONGHIN, S.R. Flutuação e gramaticalização no paradigma dos jutores em português: forma, significado e história de *(na) hora que*. *Filologia e Linguística Portuguesa*, n. 13(1), p. 147-166.
- OLIVEIRA, G. *Acessibilidade das construções relativas nas línguas indígenas brasileiras: um estudo tipológico-funcional*. 209 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto. 2011.
- PERRONI, M.C. As relativas que são fáceis na aquisição do português brasileiro. *Delta*, 17:1, 2001. p. 59-79.
- PEZATTI, E.G. *A ordem de palavras em português: aspectos tipológicos e funcionais*. Tese (Doutorado em Letras). Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 1992.
- TARALLO, F. L. *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*, University of Pennsylvania, PhD Dissertation, 1983.

## A CONSTRUÇÃO MEDIAL NO PB: UMA ABORDAGEM FUNCIONAL CENTRADA NO USO

Nádia Maria Silveira Costa de MELO (UFRN/UERN)

**Resumo:** Neste artigo, focalizamos uma construção de estrutura argumental do português do Brasil denominada por Construção Medial. O objetivo é analisar sua constituição interna em termos sintáticos e semânticos, observando as condições pragmáticas que motivam seu uso no discurso. O suporte teórico adotado é a Linguística Funcional Centrada no Uso (FURTADO DA CUNHA; SILVA; BISPO, 2013). Dessa abordagem, foram empregados os conceitos de construção, transitividade, plano discursivo e informatividade. A análise é baseada em textos atuais produzidos por falantes nativos. Os resultados parciais apontam ser essa construção marcada, por isso seu uso ocorre em contextos bem específicos.

**Palavras-chave:** Linguística Funcional. Gramática de construção. Construção medial.

### 1. Considerações introdutórias

A Construção Medial (doravante CM) designa um tipo de construção de estrutura argumental cuja peculiaridade está no seu caráter híbrido. Do ponto de vista morfossintático, ela se apresenta, geralmente, com um Sujeito e um Verbo (S V). Pode ser acompanhada pela partícula (se) e/ou um modificador adverbial. Já do ângulo da semântica, compreende um argumento afetado e não humano e um evento de ação-processo. Sua esquematização formal pode ser representada da seguinte forma: S (se) + V (Modificador).

Além das características apontadas, observamos que os elementos disponíveis na estrutura formal da CM se desviam do padrão previsto pela GT já que ela não trata de CM, mas de voz. Como por exemplo, em português, o sujeito tende a ser agente (o desencadeador de uma ação-processo), porém em (3c), temos “*abriu a porta do avião se abriu...*” em que o sujeito *a porta* apresenta o traço semântico de passividade. Quanto ao verbo “abrir”, classificado tradicionalmente como transitivo, é usado aqui como intransitivo, já que inexistente a transferência da ação. O elemento opcional SE que normalmente exerce sentido/função pronominal é esvaziado dessas atribuições, não possuindo valor semântico. Já o circunstancial evoca mais as propriedades do processo que as características adverbiais propriamente ditas.

Quanto ao fato de a CM ser constituída por apenas um argumento, isso corrobora que nem todas as línguas codificam os eventos de um único participante da mesma forma, mas existem regularidades semânticas significativas sobre quais papéis participantes serão codificados (CROFT, 2010). Croft chama a atenção de que essa variação parece ser pelo menos em parte motivada semanticamente. Ele a ilustra com amostras de Fillmore (1968) e Anderson (1971), como vemos em (1):

- (1) a. John abriu a porta com uma chave.
- b. A chave abriu a porta (por John).
- c. **A porta abriu** (por John).

Essas construções parecem relatar um mesmo evento (abrir) por meio de codificações diferentes. Em (1a), *John abriu a porta com uma chave* há três argumentos. São eles um sujeito agente, um complemento objeto afetado e não animado e um complemento adverbial de instrumento. É o caso prototípico de uma construção transitiva/ativa. Já em (1b), temos

dois argumentos explícitos (porta e chave), porém tanto *porta* quanto *chave* não são animados. Porta é o objeto afetado e chave o instrumento da ação-processo. Já em *A porta abriu*(1c) temos uma CM que consideramos prototípica por apresentar apenas um argumento. Sua especificidade é referir-se a um sujeito afetado não animado e um verbo de ação-processo. Logo, não se trata nem de uma construção transitiva ou intransitiva; ou, ainda, ativa, passiva ou reflexiva, mas temos aqui o tipo de construção que denominamos de medial.

## 2. Base teórica: Linguística Funcional Centrada no Uso

A Linguística Funcional Centrada no Uso expressa uma tendência funcional de estudo das línguas (cf. FURTADO DA CUNHA, 2011). O princípio básico da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU) consiste na defesa de que a língua não tem autonomia de mudar a si própria, ela sofre as pressões de uso dos falantes que mudam seu comportamento linguístico para atender a novas demandas sociais. Assim novas formas linguísticas surgem modeladas e motivadas pelas práticas discursivas dos usuários no cotidiano social, para preencher suas necessidades comunicativas não satisfeitas pelas já existentes. A LFCU objetiva descrever e explicar os fatos da língua a partir das funções (semântico-cognitivas e discursivo-pragmáticas) que desempenham nos seus diversos contextos de uso linguísticos, numa ótica pancrônica, ou seja, aliando sincronia e diacronia.

A gramática é concebida como uma representação cognitiva da experiência dos indivíduos com a língua(gem), podendo ser, por isso, afetada pelo uso da língua. Assim, vemos como processos semelhantes a categorização conceptual e a categorização linguística realizada pelos usuários da língua, ou seja, conhecimento do mundo e conhecimento linguístico seguem, essencialmente, os mesmos padrões (TAYLOR, 1998; FURTADO DA CUNHA et al., 2003). A categorização é tida como o processo cognitivo mais básico através do qual são estabelecidas as unidades da língua, seu significado e sua forma (BYBEE, 2010).

Na ótica da LFCU, uma construção de estrutura argumental refere-se a um pareamento forma-significado que independe de verbos específicos: a própria construção tem significado, independentemente das palavras (Verbo e Sintagmas Nominais) que a constituem, funcionando como um modelo que reúne o que é comum a um conjunto de verbos (FURTADO DA CUNHA, no prelo). Neste trabalho, partimos do princípio de que as construções de estrutura argumental correspondem aos tipos oracionais mais básicos e, em seu sentido central, codificam cenas (situações) que são fundamentais à experiência humana: movimento (alguma coisa se move), transferência (alguém transfere alguma coisa para uma outra pessoa), mudança de estado (alguma coisa provoca um movimento ou mudança de estado), causação, posse, estado, etc (GOLDBERG, 1995). Com base nos seus protótipos, essas estruturas oracionais são ampliadas e adaptadas para a codificação de outros tipos de situação. Por meio dessas ampliações, um determinado tipo oracional é convencionalmente aplicado a uma extensa variedade de situações.

Segundo Goldberg (1995, p. 3), as “construções de estrutura argumental (doravante, CEA) são subclasses especiais de construções que fornecem o sentido básico da expressão da cláusula em uma dada língua”. Em outras palavras, cada língua possui seus tipos específicos de Construções de Estrutura Argumental específicos a ela, de modo que a tradução de algumas construções para outra língua inexistente.

A estrutura argumental de uma construção oracional tem no elemento predicativo (o verbo) seu papel central, isso decorre de sua natureza semântica que determina qual(is) argumento(s) pode(m) ou não acompanhá-lo e, ainda, que relação sintática esse(s) argumento(s) mantêm com ele. De forma que “descrever orações é descrever também todos os tipos de verbo, pois esses constituem o centro semântico, o esquema proposicional da oração” (FURTADO DA CUNHA; SILVA; BISPO, 2013).

Ao enfocarmos questões relativas aos verbos, é pertinente trazermos à baila a temática da transitividade. Para a Gramática Tradicional, a transitividade está relacionada, especificamente, ao verbo que “exige ou não um termo complementar (objeto direto ou objeto indireto) para delimitar-lhe o significado, quando o processo verbal não se contém integralmente nele, mas se transmite para outros elementos” (CUNHA, 1986, p. 147; BECHARA, 2004, p. 32). É, nesse sentido, vista de forma reducionista como uma “uma propriedade dos verbos” (cf. FURTADO DA CUNHA; COSTA; CESARIO, 2003, p. 37), os quais são classificados como transitivos, quando acompanhados de complementos (objeto direto ou indireto), ou intransitivos, quando esses inexistem. Essa polarizada visão tradicional é confrontada pelos linguistas Hopper e Thompsom (1980) que a desconstruem e lançam a proposta de transitividade como estando presente em toda a construção em uma noção contínua e escalar, com base em dez parâmetros sintático-semânticos que enfocam diversos ângulos de transferência da atividade em uma parte diferente da oração. Os parâmetros identificam o número de participantes, a cinesia, o aspecto e a punctualidade do verbo, a agentividade e a intencionalidade do sujeito, a polaridade e a modalidade da oração, o afetamento e a individuação do objeto. Esses parâmetros são responsáveis pelo grau de transitividade de cada oração. Portanto, a transitividade difunde-se por toda a oração, não se localiza em uma porção específica dela, isto é, o verbo, como na Gramática Tradicional.

Convém lembrar que o maior ou menor grau de transitividade da oração evidencia as estratégias utilizadas pelo produtor do discurso com o fim de alcançar seus propósitos comunicativos. Logo, a transitividade está vinculada a uma função discursivo-comunicativa. Os dez parâmetros da transitividade se correlacionam com os traços presentes em um eventocausal canônico que reflete um caso de transitividade prototípica. Por evento causal, concebemos uma situação em que um agente animado e intencional causa/provoca uma mudança física e perceptível de estado ou locação em um objeto.

No âmbito da oração, a transitividade mantém uma relação estreita com uma função pragmática. A organização do discurso tanto é norteada pelas intenções comunicativas do produtor quanto pelo que ele julga ser informação partilhada com seu(s) interlocutor(es). Baseado nisso, o produtor constrói seu discurso evidenciando algumas porções textuais em detrimento de outras. As porções postas em relevo assinalam a base de sustentação textual denominada, em termos de planos discursivos, como figura. Já a porção menos saliente ou periférica corresponde ao fundo. Em uma narrativa, por exemplo, a figura compreende o alicerce do texto, que se constitui por sequência temporal de eventos concluídos, pontuais, afirmativos, reais, sob a responsabilidade de um agente, que caracteriza a informação central. É a figura que faz o discurso progredir, enquanto a porção fundo representa uma estrutura básica que não contribui para a progressão discursiva. Ela corresponde à descrição de estados, à localização dos participantes da narrativa e à descrição de ações e eventos simultâneos ao plano da figura, adicionando a isso a descrição de estados, da localização dos participantes da cena e comentários avaliativos. Logo, em qualquer situação discursiva, sempre haverá uma parte que é embalada de forma mais saliente que outra. Como exemplo, vejamos o fragmento a seguir.

1. (...) Certa vez fui à Petrópolis com uma amiga[...]a volta nos reservou algumas surpresas; já na descida da Serra **o pneu dianteiro furou**, a direção começou a puxar para a esquerda e a Thelma tentando levar o carro para o acostamento, finalmente conseguimos parar, descemos do carro e com um certo desespero que as duas fingiam não ter (...) (D&G/ Rio, Valéria, ES, NEPE)

<b>FIGURA</b>	<b>FUNDO</b>
2. Certa vez <b>fui</b> à Petrópolis	com uma amiga que precisava resolver alguns problemas. Fomos de carro e ela

	que dirigia há pouco tempo, nunca tinha dirigido na Serra de Petrópolis. A ida foi tranquila(...);
a volta nos <b>reservou</b> algumas surpresas;	já na descida da Serra
o pneu dianteiro <b>furou</b> , a direção começou a puxar para	a esquerda e a Thelma tentando levar o carro para o acostamento, finalmente
<b>conseguimos</b> parar, descemos do carro	e com um certo desespero que as duas fingiam não ter,
<b>começamos</b> a “operação” troca de pneus.	

A porção textual (2) apresenta oposição de tempo, aspecto e dinamicidade: os enunciados explicitados na coluna da figura são compostos por verbos *perfectivos* que denotam um evento no passado (*fui, reservou, furou, conseguimos e começamos*). Na coluna do fundo, encontramos as porções que contextualizam o evento narrado (comentários descritivos e avaliativos do narrador). Em oposição às figuras bem-recortadas e focalizadas, que se vislumbram sempre em primeiro plano, temos as entidades que ficam no plano do fundo, ou seja, em segundo plano. A categoria plano discursivo, proposta inicialmente em termos de polaridade (figura/fundo), foi redefinida passando a ser tratada em um *continuum*, em que de um lado temos a superfigura e na contraparte o superfundo.

Do ponto de vista cognitivo, “uma pessoa comunica-se para informar o interlocutor sobre alguma coisa, que pode ser algo do mundo externo, do seu próprio mundo interior, ou algum tipo de manipulação que pretende exercer sobre esse interlocutor” (FURTADO DA CUNHA, COSTA e CESARIO, 2003, p. 43). É nesse sentido que em todo ato comunicativo produzimos nosso discurso em função das nossas experiências, dos participantes envolvidos e dos contextos diversos. Porém, essa comunicação só será produtiva se houver um conhecimento mínimo partilhado entre os interlocutores, acrescido de uma informação inédita/nova. Desse modo, o discurso é construído com base no grau de informatividade partilhado ou supostamente partilhado entre os interlocutores. A informatividade pode instanciar-se no âmbito do texto, via plano discursivo, ou como *status* informacional dos sintagmas nominais.

O *status* informacional dos constituintes do discurso tem sido motivo de muitas pesquisas no âmbito dos estudos funcionalistas. Está intrinsecamente relacionado ao conhecimento partilhado ou supostamente partilhado pelos interlocutores no momento de uma interação verbal. Dessa forma, em uma dada situação comunicativa, o falante/escritor constrói o seu discurso baseado em conjecturas do que julga (ou pressupõe) ser do conhecimento de seu ouvinte/leitor. Com base nesse julgamento (ou pressuposição), ao organizar seu discurso, o falante/ouvinte atribui ou não certo grau de relevância e ineditismo às diversas informações que pretende socializar com seu interlocutor.

Chafe (1976) defende que o funcionamento da língua ocorre quando o falante/ escritor produz o seu discurso levando em consideração o que julga ser do conhecimento de seu ouvinte/leitor. Assim, a informação veiculada só será compreendida pelo ouvinte/ leitor se o falante/ escritor ajustar o que diz ao que presume que seu ouvinte/ leitor está pensando no momento da interação. O autor demonstra uma preocupação com a forma como o falante adapta sua fala aos estados mentais do ouvinte. Essa adaptação linguística diz respeito à embalagem (*packaging*) com que o produtor textual reveste o seu discurso. O empacotamento envolve a relação dado/ novo (*givenness*), a contrastividade, a definitude, a função de sujeito, o tópico e o ponto de vista. Assim, elas refletem não apenas o *status* de um nome, mas do conhecimento que se tem sobre o referente desse nome.

Desse modo, quando introduzimos um elemento nominal no discurso, ele será embalado de acordo com o seu grau de novidade: pode ser um conhecimento dado (velho), novo ou

inferível foram inicialmente formulados por Chafe(1976) e aprofundados por Prince (1981). Para Chafe, informação velha ou dada é o conhecimento que o falante/ escritor julga ser partilhado pelo seu interlocutor no ato interacional. Informação nova refere-se ao que o falante/escritor acredita não fazer parte do universo de seu interlocutor e, com base nisso, apresenta-a como algo inédito em seu discurso. Desse modo, o conhecido é apresentado de modo menos evidente e atenuado (entonação mais baixa e acentuação mais fraca) que aquilo que se julga não ser conhecido ainda. A novidade comunicada, quase sempre, possui mais material linguístico, entonação alta e acento forte e raramente é passível de pronominalização. Os participantes da interação (falante/escritor ou ouvinte/leitor) são postos como elementos dados, considerando que estão na situação discursiva, além de outros constituintes internos à situação.

Ao ler/ouvir um discurso o leitor/ouvinte é capaz de realizar inferências baseadas nos seus conhecimentos prévios do mundo, buscando re(construir) os elementos omitidos e preenchendo os espaços vazios à medida que processa as informações. Como exemplo, observemos (3):

2. Certa vez fui à Petrópolis com uma amiga que precisava resolver alguns problemas. Fomos de carro e ela que dirigia há pouco tempo, nunca tinha dirigido na Serra de Petrópolis. A ida foi tranquila, enfrentamos um pequeno engarrafamento na Av. Brasil, mas chegamos bem. Resolvemos o que tínhamos de resolver, nos achando as próprias “mulheres de negócios”, almoçamos e voltamos; a volta nos reservou algumas surpresas; já na descida da Serra **pneu dianteiro furou**, a direção começou a puxar para a esquerda e a Thelma tentando levar o carro para o acostamento, finalmente conseguimos parar, descemos do carro e com um certo desespero que as duas fingiam não ter, começamos a “operação” troca de pneus. (D&G/ Rio, Valéria, ES, NEPE)

A oração em itálico *o pneu dianteiro furou* tem como SN sujeito “O pneu dianteiro” que desempenha o papel semântico de paciente da ação-processo (furar), mas omite o agente ou a causa do evento. Sabe-se por meio de nosso conhecimento de mundo, que há um responsável pelo ato, mas não se pode identificá-lo. São os *frames* e os esquemas armazenados em nossa memória que nos possibilitam saber que o argumento sujeito “o pneu dianteiro” não pode ser o desencadeador da ação expressa por “furar”. Prototipicamente, esse verbo é transitivo implicando, em sua moldura semântica dois argumentos: um agente/causativo e um paciente/afetado. Porém, nessa amostra, a construção rompe com o padrão transitivo prototípico, dando lugar a uma estrutura monoargumental, em que o único argumento é um SN sujeito com função semântica de paciente, uma característica da CM. Levando em consideração o contexto situacional, observamos que o produtor do texto enfatiza o resultado do evento, por isso, provavelmente omite o responsável ou causa da ação-processo.

Em suma, as cenas são importantes para: a) reconhecimento de uma dada situação relacionada a certa categoria; b) interpretação de uma situação e/ou previsão do que virá em termos da categoria reconhecida; c) captura das propriedades de conhecimentos altamente compartilhados sobre pessoas, eventos e ações.

Veja-se o fragmento a seguir:

3. **Estreantes, Jetta Variant e C4 Picasso vendem bem** - Para modelo familiares com preço em torno de R\$ 90 000, Jetta Variant e C4 Picasso começaram com o pé (ou pneu) direito no Brasil. A perua da Volkswagen, derivada do Golf, chegou ao mercado em abril vendendo 72 exemplares. Em maio o total subiu para 130 unidades. Parece pouco, mas esse segmento está longe de ser brilhante – a Renault Mégane Grand Tour, que é a líder, emplacou apenas 343 carros no mês passado. (disponível em <http://www.blogauto.com.br/estreantes-jetta-variant-e-c4-picasso-vendem-bem/> acesso em 08.06.2012)

Em (4), a partir do conhecimento de mundo dos interlocutores vários saberes são acionados para a compreensão da situação. É preciso que o interlocutor reconheça a situação dada e compartilhe seu conhecimento intuitivo de que o argumento sujeito não tem responsabilidade sobre a ação descrita. Logo, o falante sabe que os carros não vendem, mas são vendidos por alguém que não está especificado no discurso, embora “vender” denote uma situação que implica pelo menos dois participantes: o vendedor e a coisa vendida. Os significados possíveis para o verbo *vender* pode ser observados por meio do frame, ou seja, “estruturas complexas de conhecimento fundamentadas em expectativas partilhadas socialmente” (FILLMORE, 1982). O frame, possui um caráter integrador, por isso só pode ser compreendido se for levado em conta toda a estrutura e contexto em que aparece (FILLMORE, 1982). Se, por exemplo, se buscasse uma acepção para *vender*, enumerar os traços que o definem como verbo (infinitivo, 2ª conjugação etc) não seria suficiente para a apreensão de todos os sentidos implícitos nessa construção, seria preciso recorrer a muitos outros conhecimentos para se estabelecer sentidos para o lexema. De forma que o verbo vender, em uma transação comercial, enfatiza as ações do Vendedor em relação às Mercadorias, colocando em segundo plano o Comprador e o Dinheiro (cf. FILLMORE, 1982, p.378).

### 3. Construção Medial: uma construção de estrutura argumental do PB

A CM prototípica é codificada pela forma Suj + V, em que o sujeito é afetado e o verbo expressa uma ação-processo. Embora, seu padrão oracional seja fixo, o preenchimento lexical é variável, de sorte que a CM caracterizada sintaticamente por Sujeito + V pode ser preenchida por itens lexicais variados, sendo, por isso, uma construção esquemática da língua.

Em relação à forma, a CM é constituída por um argumento sujeito, e um predicador verbal, podendo ainda ser acompanhada opcionalmente pelo clítico “se” e/ou um modificador. A construção de estrutura argumental pode ser representada assim:

#### 4. CM

Semântico-humano < ação-processo

< Pred.

Sintaxe Suj. V

O eixo do carro quebrou

5. (...) aí eu sei que o carro ...**o eixo do carro quebrou** ... aí meu pai não teve controle e capotou quatro vezes ... quatro vezes ... eu ... fracturei o braço ... machuquei o rosto ... porque eu levei uma pancada muito grande ... porque eu vinha dormindo ... o Emerson num teve nada ... meu irmão ... e:: minha tia ... essa do primeiro acidente ... que entrou nas ferragens ... vinha no carro ... (D&G Natal)

Observamos que a contraparte semântica da CM sempre especifica uma mudança de estado sofrida por um participante não humano. Na construção em (5), *o eixo do carro quebrou*, o participante *eixo do carro* mudou do estado: de não quebrado para quebrado. Além desse significado de mudança de estado, outra característica dessa construção é a omissão do agente. Ela codifica uma conceptualização que muda a perspectiva causativa associada aos verbos que a integram para uma perspectiva processual (de mudança de estado apenas). Isso ocorre por meio da omissão do participante relacionado ao papel de agente do

verbo. A evidência está na impossibilidade de que o participante agente possa figurar na construção, como demonstra (7) a (9):

( 7 ) o guarda-chuva fechou \*por José.

( 8 ) O navio atracou no cais \*pelo comandante.

( 9 ) ... comas **cortininhas se abrem assim \*pelo vento**. (D&G, Juiz de Fora, Andrea, EM, DLO)

Na construção medial, ocorre um verbo de ação-processo que, do ponto de vista semântico, dois argumentos: um sujeito agente, intencional, desencadeador de uma mudança e um paciente afetado. No entanto, esses argumentos são preenchidos de forma não prevista, o sujeito é preenchido por um paciente afetado pela ação-processo expressa na construção e o responsável pelo evento fica implícito. Assim, o padrão estrutural e o esquema conceptual (Sujeito/Agente + Verbo + Objeto Direto/Paciente) característicos dos verbos de ação-processo não se confirmam nessa construção.

#### 4. Breve análise

Os dados analisados provêm dos *corpora* Discurso & Gramática (Rio de Janeiro, Niterói, Rio Grande, Juiz de Fora e Natal) e de sítios da WEB. Essa opção ocorreu devido a vastidão de textos em seus variados padrões discursivos o que favorece os padrões que são produtivos para a emergência da construção medial.

Os verbos que apresentam uma maior frequência nos *corpora* analisados são *fechar* e *abrir*. São verbos causativos/agentivos (de ação-processo) que são usados com um único argumento. Esse argumento é sintaticamente o sujeito, mas semanticamente desempenha o papel de paciente. Esse participante afetado é embalado como sujeito de uma ação que ele não tem como realizar. Prototipicamente, a estrutura sintático-semântica da Construção Medial é representada por um sujeito/afetado/não-humano; e, um verbo tradicionalmente conhecido como transitivo/ evento de ação-processo. Como pode ser verificado em (10) a seguir:

10. Para fazer um teste, Chayene tenta explodir Socorro, mas a jumenta pega um espelho e aponta para Laércio. Sem sucesso, Chay desiste até que **o espelho quebra** e ela conclui que só consegue explodir objetos! (<http://www.opovo.com.br/app/divirtase/2012/06/07/noticiasdivirtase,2854443/celular-explode-e-chayene-acha-que-tem-poderes.shtml>)

Em (10), o *Espelho quebra*, temos uma amostra da construção medial prototípica PB. A construção medial prototípica [S + V] representa a macroconstrução que é instanciada por várias outras microconstruções [S + (se) + V + (modificador)]/ [V + S]. Este é o desafio a ser cumprido em trabalhos posteriores: categorizar as CM de maneira gradual a partir do exemplar mais central (prototípico) para o mais periférico.

#### 5. Considerações finais

Os resultados apontam que a estrutura argumental prototípica das construções mediais em português se constitui de um SN (paciente, não humano) + V (ação-processo). A análise das amostras revelou que apenas verbos de ação-processo favorecem o uso da CM, pois são compatíveis com a semântica de sujeito afetado por evento causativo expressa na construção medial, ou seja, um sujeito paciente da ação verbal. A estrutura argumental da construção medial sinaliza que parte de seu significado é de natureza lexical, e a outra, de natureza construcional. Ainda, constatamos que a CM é inteiramente aberta (como construção sujeito-predicado) revelando a existência de graus de esquematicidade e de imprevisibilidade quanto ao seu preenchimento lexical.



## Referências Bibliográficas

BECHARA, Evanildo. *Gramática escolar da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BYBEE, Joan. *Language, usage, and cognition*. Cambridge, UK: CUP, 2010.

CROFT, W.; CRUISE, D. A. *Cognitivelinguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

FILLMORE, Charles J.; KAY, Paul; O'CONNOR, Mary Catherine. Regularity and idiomaticity in grammatical constructions: the case of let alone. *Language* 64. 501-38, 1988.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; BISPO, Edvaldo Balduino; SILVA, José Romerito da. *Linguística Centrada no Uso: conceitos básicos e categorias analíticas*. In: SOUZA, Maria Medianeira (Org.) *Sintaxe em foco*. Recife: EDUFPE, 2013.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; TAVARES, Maria Alice. *Funcionalismo e Ensino de gramática*. Natal: EDUFRN, 2007.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. (Org.). *Corpus Discurso e Gramática*. A língua falada e escrita na cidade do Natal. Natal: EDUFRN, 1998.

GIVÓN, Talmy. *Compreendendo a gramática*. Trad. FURTADO DA CUNHA, Maria. A.; MARTELOTTA, Mário E.; ALBANI, F. Natal: EDUFRN, 2011 [1984].

GOLDBERG, Adele E. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford University Press, 2006.

GOLDBERG, Adele E. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

## A GRAMÁTICA TEXTUAL NO ENSINO DE PORTUGUÊS

Clemilton Lopes PINHEIRO (UFRN)<sup>886</sup>

**Resumo:** Este trabalho parte do princípio de que há fenômenos gramaticais no nível do texto, entendendo-se o texto não como unidade linguística hierarquicamente mais alta, superior à sentença, mas como entidade do sistema linguístico, com estruturas determinadas por regras de uma gramática textual. Nesse sentido, pretendo trazer à tona a discussão relativa ao ensino da gramática textual e focalizar um aspecto da gramática do texto para mostrar como ele pode ser abordado na sala de aula.

**Palavras-chave:** Articulação tópica; Gramática textual; Ensino de português

### 1. Introdução

Este trabalho situa-se na temática, bastante recorrente, mas ainda necessária, sobre o ensino de gramática. Meu objetivo é trazer para discussão a questão do ensino de gramática textual, entendida como recursos linguísticos de uma ordem diferente dos que entram na construção dos enunciados, bastante discutidos nos modelos funcionalistas. Pretendo defender o ponto de vista de que o texto é uma entidade do sistema linguístico que apresenta estruturas determinadas por regras de uma gramática textual, e, portanto, essa gramática deve também ser levada ao ensino que visa ser produtivo e baseado nos usos da língua.

Apresento, inicialmente, os princípios gerais da Gramática Textual-interativa, abordagem que fundamenta teoricamente a minha posição. Em seguida, analiso algumas ocorrências de marcadores discursivos na articulação tópica para mostrar como eles atuam como um recurso gramatical no nível textual da língua. Finalmente, faço uma breve consideração sobre a aplicação da questão ao ensino.

### 2. A gramática textual-interativa

A noção de uma gramática do texto foi o ponto de partida de alguns pioneiros da Linguística Textual que buscaram estudar estruturas transfrásticas, tais como cadeias referenciais e relações entre orações. Naturalmente, a motivação desses estudos foi a constatação de que existiam fenômenos linguísticos cuja explicação no nível da oração não era suficiente. Daí surgiu o postulado teórico de que é o texto, e não a oração, a unidade básica da língua.

A partir, principalmente, dos postulados da Linguística Textual, desenvolveu-se, portanto, uma série de estudos teóricos com o objetivo de descrever e explicar os princípios universais e as regras específicas subjacentes à constituição do texto<sup>887</sup>. Esses princípios e regras partem do pressuposto de que o texto não pode ser decomposto em frases aplicando-se os mesmos procedimentos de decomposição da frase. E isso impôs uma necessária mudança de quadro teórico e, principalmente, um desafio para, entre outras questões, a elaboração de gramáticas textuais. Na medida em que se pretende abordar o plano do texto, necessariamente provoca-se uma alteração nos limites das unidades de análise, comumente focalizadas nas

---

<sup>886</sup> Doutor em Letras, área de Filologia e Linguística Portuguesa, professor do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal (RN), Brasil. E-mail: clemiltonpinheiro@hotmail.com

<sup>887</sup> Blühndorn e Andrade (2005) apresentam um balanço da situação da Linguística Textual na Alemanha e no Brasil em que fazem uma boa retrospectiva da questão do surgimento das gramáticas textuais.

gramáticas, que chegam até o nível da frase. Nesse sentido, o desafio é definir o que é um fenômeno gramatical no nível do texto, entendendo-se o texto não como unidade linguística hierarquicamente mais alta, superior à sentença, mas como entidade do sistema linguístico, com estruturas determinadas por regras de uma gramática textual.

No Brasil, o Grupo de Organização Textual-Interativa do Projeto de Gramática do Português Falado (PGPF) deu um importante passo nesse sentido e propôs uma modalidade de gramática textual que recorta o texto como objeto e o focaliza na sua dimensão interacional.

A Gramática Textual-Interativa (GTI) requer a consideração de um contingente de dados de natureza diversa dos que comumente se encontram nas gramáticas descritivas dos níveis linguísticos da estrutura frasal. Primeiro, porque o texto apresenta propriedades fundadas numa ordem própria de relações constitutivas, diferenciadas das que se estabelecem no âmbito da frase. Segundo, porque o texto, na ótica interacional, congrega a atividade discursiva, comportando uma análise integrada de sua construção e dos fatores enunciativos que lhe dão existência e se mostram na sua própria constituição. (JUBRAN, 2007, p. 312)

Segundo Jubran (2007), a GTI tem as seguintes tarefas:

- a) definir regularidades/princípios de processamento dos procedimentos de construção textual;
- b) investigar as marcas formais que sistematicamente assinalam tais procedimentos;
- c) verificar a funcionalidade desses procedimentos em situações concretas de uso da linguagem, respeitado sempre o princípio de projeção conjugada, porém em graus diferentes e proporcionalmente correlacionados, das funções textual e interacional.

Nessa perspectiva, como bem esclarece Jubran (2007, p. 316-7), o texto é entendido como uma unidade significativa global fundada numa ordem própria de relações constitutivas. E gramática é entendida como “regularidades relacionadas ao processamento dos procedimentos de elaboração do texto, aferindo o caráter sistemático deles pela sua recorrência em contextos definidos, pelas marcas formais que os caracterizam e pelo preenchimento de funções textual-interativas proeminentes que os especificam”.

Sob a ótica da GTI, o texto pode ser também concebido como objeto da gramática, que também é entendida como recursos linguísticos, mas de uma ordem diferente dos que entram na construção de sequências linguísticas de outros planos que não o do texto.

### **3. Um aspecto da gramática textual do Português: os marcadores discursivos como mecanismos de articulação tópica**

Em estudo anterior (PINHEIRO, 2005), analisei a articulação tópica como uma estratégia textual-interativa, concebida como processo que articula linguisticamente segmentos tópicos e unidades tópicas na materialidade do texto. Trata-se de um processo de construção textual que apresenta demandas pragmáticas. Logo, conforme os pressupostos da GTI (JUBRAN, 2007), as regularidades/princípios desse procedimento configuram uma questão de gramática textual. O emprego de alguns marcadores são regulares como mecanismos de articulação tópica, e exercem, em graus diferentes e proporcionalmente correlacionados, diferentes funções textuais e interacionais. Esses elementos atuam na

construção do texto, sequenciando tópicos e unidades tópicas e marcando retomadas e mudanças. Nesses movimentos textuais ocorrem também indicações de fatos interacionais: instaurar relações discursivas de ressalva, reforço, inferência, avaliação, acordo, causa-consequência, explicação, marcar auto-posicionamento do locutor, orientar o interlocutor para a forma de progressão do texto, pôr em evidência um tópico, compartilhar com o interlocutor a reintrodução de um tópico, após inserção tópica ou parentética, assinalar introdução de um novo tópico no discurso e destacar um ato preliminar que define um novo tópico.

A fim de realizar uma pequena amostragem de análise, apresento alguns dados de dois estudos sobre marcadores discursivos e articulação tópica (PINHEIRO, 2005; PENHAVEL, 2010).

O exemplo (01) ilustra um caso em que o marcador discursivo “agora” assinala conjuntamente a mudança de tópico e a mudança de modo discursivo: de narrativos a avaliativos. O trecho, que faz parte de uma longa conversação espontânea<sup>888</sup>, compreende dois subtópicos do quadro tópico denominado *Administração pública*. No segmento 13, tópico *O ex-governador Tasso Jereissati*, os informantes discorrem sobre a atuação política do então e ex-governador do estado do Ceará. No segmento 14, tópico *Problema do serviço público*, um dos informantes se centra no serviço público. Um novo conjunto de centração é, então, aberto, e ocorre também uma mudança de discurso narrativo para avaliativo. O tópico *O ex-governador Tasso Jereissati* é predominantemente narrativo, porque centrado nos feitos do governador (“na Secretaria de CulTura... ele fez...”, “trouxe TÉCnico trouxe GENte”, “ele FEZ... deixou PRONto... o Museu do Ceará”). Já no tópico *Problema do serviço público*, não ocorre narração de fatos, mas julgamentos, impressões dos locutores sobre os fatos. Nesse segmento é bastante recorrente, inclusive, o marcador de opinião “eu acho que”.

(01)

[13 Inf. 2 - {porque os

Inf. 1 - os nossos candidato que /tão aí /cês acham que::... são bons?... nós temos boas opções aí?... nas eleições?... PRA governador?...

Inf. 2 - pra governador... eu acho...

Doc.1- que que /cê acha?...

Inf. 2 - eh:: eu votaria no Tasso... eu votaria... nele

Doc.1- {por quê?

Inf. 2 - num tenho nada num tenho nada contra ele não... num acho que:: Inf. 1 - é... o {governo

Inf. 2 - tenho

Inf. 1 - do Tasso o priMEIro goVERno... o Tasso fez um governo até::... bom

Inf. 2 - foi...

Inf. 2 - {assim /tá ( )

Inf. 1 - ele criOU A::...

Doc.2- videoteca né? a a {videoteca

Inf. 1 - a:: DENtro... desse departamento de áudio-visuAL... ele criou uma videoTEca... que é exatamente... você... tem lá Vídeos... você PEga:: gratuitamente só ir lá pegar... que são temas... de filmes conhecidos... E você tem uma::... uma::... discoteca... que seria de discos... mas não discos... de mú::sica popular um disco mais de... jingle de propaganda... eh:: arquivos do::... de RÁdios da cidade né?... e:: uma filmoteca também formado por::... filmes de propaganda da:: TV Ceará antiga TV Ceará...

Inf. 2 - ((tosse))

(...)

<sup>888</sup> Conversação espontânea D2-30, extraída do corpus PORCUFORT (PINHEIRO, 2005)

*Inf. 1 - enTÃO... eh:: ele CRIOU ele criou tudo isso...]* [14 agora quer dizer pa/ você aí teve T<sup>O</sup>do o... a

*equipe... TÉCnica... e T<sup>O</sup>do o material foi comprado só que /tá lá tudo parado isso... não funciona nada... {PORQUE*

*Inf. 2 - olhe só*

*veja bem...*

*Inf. 1 - eu Acho que essa PARte... SÓ SÓ SÓ*

*Inf. 2 - é finalizan{do*

*Inf. 1 - só terminando {aqui eu*

*Inf. 2 - né? o*

*Inf. 1 - acho que essa parte*

*Inf. 2 - {(tosse)}*

*Inf. 1 - o serviço público.. de... de um modo GERAL... NÃO aqui no SINE porque o o diretor que começou é o que está até hoje... então num HÁ::... QUEbra de:: solução de continuidade né?... quer dizer o cara começa e termina mas o serviço público tem muito*

*(...)*

O exemplo (02), um fragmento de uma entrevista falada<sup>889</sup>, ilustra uma ocorrência de uso do marcador discursivo “então” na sequenciação intertópica em que se instaura uma relação de inferência. O tópico *Dificuldades da língua*, segmento 4, representa uma inferência conclusiva feita pela entrevistadora a partir do tópico *Concepção de língua*, segmento 3. A ideia conclusiva de que “a língua portuguesa não é difícil” é apreendida, por um dos locutores, tanto com base em elementos do segmento anterior como em conhecimentos partilhados. No segmento 3, a entrevistada se refere à heterogeneidade e mudança linguística e afirma que o aluno “já é um falante e um usuário da língua portuguesa...”. Esses elementos constituem referências textuais nas quais se ancoram a pergunta da entrevistadora. Mas, a pergunta está calcada também no senso comum de que o português é difícil, noção que se firmou a partir do ensino tradicional dessa língua, com tantas regras e exceções. Os subtópicos *Concepção de língua* e *Dificuldades da língua* estão, portanto, vinculados sequencialmente na linearidade do texto e relacionados pela inferência. Essa relação é também discursivamente construída, ou seja, é na interação, a partir do que os locutores dizem ou dos conhecimentos pressupostos entre eles, em que ela se instaura.

(02)

*[3 a língua portuguesa não é esse fenômeno éh:: homogêneo... estático... que é vinculado pela gramática normativa... e pela/ infelizmente... pela maioria dos professores de língua portuguesa mas observamos que a língua evolui... a língua muda... e a escola precisa mudar e evoluir pra trazer o aluno que já é um falante e um usuário da língua portuguesa... a se envolver com o estudo da língua portuguesa]*

*[4 F1 o português então não é uma língua difícil?*

*F2 ...olha se você parte do princípio... de que a língua portuguesa não é só regras gramaticais não se você se apaixonou pela língua que você... já domina que você já fala ao chegar na escola (...)*

O exemplo (03) ilustra um caso de marcador discursivo que atua na articulação das partes que compõem um dado segmento tópico, ou seja, na articulação intratópica. O trecho em destaque, apenas uma parte de um segmento tópico maior de um relato de opinião<sup>890</sup>, está estruturado em posição (parte a) e suporte (parte b). Essa forma de estruturação e o

<sup>889</sup> Entrevista F-037, extraída do corpus do NELFE (PINHEIRO, 2005)

<sup>890</sup> Relato de opinião L.587-608, extraído de Penhavel (2010)

estabelecimento da relação posição-suporte é marcada linguisticamente pelo marcado discursivo “porque”.

(03)

*[a agora eu acho que se você tiver uma adolescência bacana aproveitar tudo na hora CERta... quando você tiver dezoito anos... você vai aproveitar... o que a idade dos dezoito anos te proporciona... te proporciona o que... aprender um serviço bom]*

*[b porque com dezoito anos você já pode entrar numa firma boa você já é capaz de ter uma firma boa... você é capaz de ter TUas responsabilidadesNÃO de ficar naquela vida de dezesseis de quinze... brincando com amigo... tirando racha de carro sabe essas coisas que é... sabe... irresponsabilidade mesmo... aí depois já tem os teus vinte teus pouco e fica aí... um um:: de vinte anos bobão... uma criançona entendeu]*

Os três exemplos ilustram procedimentos regulares de construção textual: os marcadores discursivos servem para realizar a articulação tópica na superfície textual e estabelecer as relações de interdependência entre tópicos, articulação intertópica, e entre unidades tópicas menores, articulação intratópica. Além disso, esse movimento textual-formulativo assume diferentes funções interacionais. Defendo, portanto, que ocorre aí um recurso gramatical que atua no nível textual da língua, ou seja, trata-se de um recurso que faz parte das relações constitutivas que caracterizam uma ordem própria do texto. O texto, portanto, está sendo tomado como um nível gramatical da língua.

#### 4. Aplicação ao ensino

Se é possível tomar o texto como entidade do sistema linguístico, com estruturas determinadas por regras de uma gramática textual, como tentei expor anteriormente, essa perspectiva de gramática deve também ser levada ao ensino que visa ser produtivo e baseado nos usos da língua. De uma certa forma, essa “reivindicação” (se me é permitido usar esse termo) já é apontada por Travaglia (2011, p. 67). Para o autor, “com muita frequência a gramática no nível textual tem sido negligenciada no ensino como se, na verdade, a gramática da língua não contivesse uma série de fatos que só se verificam no nível textual”. Travaglia (2011) reconhece, portanto, a necessidade de se ensinar a gramática da língua verificada no nível textual e já focaliza a possibilidade de um trabalho com esse tipo de gramática, através de sugestões de atividades, circunscritas à leitura e à escrita a partir da noção de topicalidade. Ele propõe, por exemplo, exercícios de identificação do tópico e dos subtópicos do texto e de elaboração de esquemas de organização tópica.

Para além das atividades propostas por Travaglia (2011), os alunos podem ser também levados a refletir sobre os processos linguísticos e seus respectivos efeitos discursivos e interacionais que organizam a unidade texto, como os mecanismos de articulação tópica, por exemplo. Após levar o aluno a realizar a segmentação do texto e a perceber seus esquemas de organização tópica, sequencial e hierárquica, convém também levá-lo a refletir sobre os procedimentos que realizam a articulação dos segmentos. Por questão de espaço, deixarei apenas uma sugestão muito breve de atividade.

*Leia o texto a seguir e observe que ele está segmentado em partes (1, 2 e 3)*

*[1 A falta de leis fundamentadas em critérios técnicos sempre foi um dos motivos apontados para explicar a baixa penetração de algumas tecnologias ambientalmente “amigáveis” no Brasil. A omissão legislativa também é citada quando são examinadas práticas de comercialização danosas ou desonestas, exercidas em segmentos econômicos*

*confiados ao bel-prazer de seus agentes. Sentindo dificuldades para sensibilizar legisladores, a indústria brasileira está criando, em seu próprio seio, mecanismos para modificar a situação. A auto-regulamentação, preenchendo o vácuo deixado pelo Poder Público, é um caminho eleito pelos industriais para atingir padrões mínimos na produção nacional. A iniciativa surgida nos próprios elos da cadeia produtiva, de modo semelhante, pode desequilibrar o marasmo regulatório em favor de regras mais claras no comércio.]*

*[2 Um exemplo desse posicionamento pró-ativo é observado no setor de tintas. Apesar da entrada em vigor, no início de 2009, da lei federal 11.762/08, que limita o teor de chumbo em tintas imobiliárias, de uso infantil e escolar, vernizes e materiais similares a 0,06% (e, na prática, bane o metal), o segmento carece de legislação estabelecendo controles sobre insumos e qualidade dos bens finais. Porém as mesmas tintas imobiliárias são contempladas por um programa setorial de qualidade coordenado pela Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas (Abrafati).*

*A participação no programa é voluntária para não associados, portanto seu poder de persuasão é limitado. Mas esse tipo de acordo setorial pode se tornar o embrião de um projeto da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que, se aprovado, tem força de lei investida pelo Código de Defesa do Consumidor. Nesse cenário, aquilo que começa como o compromisso de alguns competidores pode resultar em obrigação para todo o mercado. ]*

*[3 VOCs – Um tema que deverá ser objeto de auto-regulamentação é o das emissões de compostos orgânicos voláteis (VOCs, na sigla em inglês). A denominação engloba diversas substâncias que reagem fotoquimicamente com óxidos nitrosos (NOx) na troposfera, a camada de ar com espessura média de 10 km logo acima da superfície terrestre. Esse processo forma ozônio, principal componente do smog fotoquímico. Embora não exista um critério técnico único para a definição de VOCs, muitos solventes são assim considerados, de sorte que a indústria de tintas, historicamente, a maior consumidora do insumo industrial, é um dos setores intensamente envolvidos nas discussões sobre a emissão de voláteis. Europa e Estados Unidos já possuem regras para reduzi-la, e o Brasil está próximo de adotar um controle maior sobre esse quesito.]*

*(Artigo científico de autoria de Márcio Azevedo, Revista Química e Derivados, nº 480 , Dez/2008.)*

- a) Destaque apenas os elementos textuais que estão em centração no segmento 01 do texto, ou seja, os elementos textuais que se relacionam, direta ou indiretamente, a um único tópico.*
- b) Destaque apenas os elementos textuais que estão em centração no segmento 02 do texto, ou seja, os elementos textuais que se relacionam, direta ou indiretamente, a um único tópico*
- c) Destaque apenas os elementos textuais que estão em centração no segmento 03 do texto, ou seja, os elementos textuais que se relacionam, direta ou indiretamente, a um único tópico.*
- d) Identifique os mecanismos linguísticos que servem para articular os três segmentos do texto.*

## **5. Considerações finais**

Neste trabalho, pretendi trazer à tona a questão do ensino de gramática textual, considerando, basicamente, os postulados teóricos da Gramática Textual-interativa Jubran (2007). Segundo essa perspectiva, o texto é entendido como uma unidade significativa global fundada numa ordem própria de relações constitutivas. E gramática é entendida como regularidades relacionadas ao processamento dos procedimentos de elaboração do texto. Assim, os recursos gramaticais do nível do texto são de uma ordem diferente dos que

entram na construção dos enunciados. Nesse sentido, defendi que as reflexões pautadas nessa perspectiva de gramática devem também ser levadas para o ensino.

Após a reflexão e o breve ensaio de proposta de atividade, espero que o tema seja levado adiante, experimentado, rediscutido e que os resultados apareçam em novos trabalhos.

### **Referências Bibliográficas**

BLÜHDORN, Hardaric e ANDRADE, Maria Lúcia da C. V. De Oliveira. Tendências recentes da Linguística Textual na Alemanha e no Brasil. *Filologia e Linguística Portuguesa* n. 7, 2005 p. 13-48.

JUBRAN, Clélia C. A. Uma gramática textual de orientação interativa. In. Castilho, Ataliba Teixeira de; Morais, Maria Aparecida Torres; Lopes, Ruth E. Vasconcelos e Cyrino, Sônia Maria Lazzarini (Orgs.) *Descrição, História e Aquisição do Português Brasileiro*. São Paulo: Fapesp, Campinas: Pontes Editores, 2007, p. 313-327.

PENHAVEL, Eduardo. *Marcadores Discursivos e Articulação Tópica*. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

PINHEIRO, Clemilton Lopes. *Estratégias textuais interativas: a articulação tópica*. Maceió: EDUFAL, 2005.

TRAVAGLIA, Luis Carlos. Gramática no nível textual e ensino: organização tópica, leitura e produção de textos. In: CABRAL, Ana Lúcia Tinoco e SANTOS, Sônia Sueli Berti (Orgs). *Discursos em diálogo: leitura, escrita e gramática*. São Paulo: Terracota, 2011, p. 67-95.



## SUBJETIVIZAÇÃO E GRAMATICALIZAÇÃO NAS CONSTRUÇÕES *VAI VER E VAI QUE*

Maria Aparecida da Silva ANDRADE (UFRN)<sup>891</sup>

**Resumo:** Este trabalho aborda a interface sintaxe, semântica e pragmática no uso das construções *vai ver* e *vai que* na manifestação da subjetividade do falante. Interessa investigar quais motivações orientam o usuário na escolha dessas estruturas linguísticas para codificar suas crenças. Os dados foram coletados do *corpus* D&G e de alguns jornais *on line*. Essa análise fundamenta-se teórica e metodologicamente nos pressupostos da Linguística Cognitivo-Funcional da qual se seleciona o paradigma da gramaticalização de construções na acepção de Traugott (1995) para quem esse modelo compreenderia um processo de subjetivização, cujos significados, baseados nas crenças do falante, são resultantes de processos semântico-pragmáticos.

**Palavras-chave:** Gramaticalização de construções. Língua em uso. Subjetivização.

### 1. Introdução

A linguagem humana não codifica apenas aquilo que é palpável, visível, objetivo, mas também a forma como o ser humano percebe o mundo ao seu redor, manifestando sua subjetividade, conforme suas expectativas e crenças. Essa codificação tanto pode ocorrer empregando o que há disponível no léxico, que codificam o mundo biofísico, como também é comum buscar outras alternativas codificadoras como é o caso do uso de construções gramaticais.

Devido à frequência de ocorrência com que se verifica o uso das construções *vai ver* e *vai que* em textos escritos é que, neste trabalho, objetiva-se investigar que motivações levam o usuário da língua a empregar essas estruturas na manifestação da subjetividade, considerando-se, para isso, a interface sintaxe, semântica/pragmática e contexto discursivo.

Os dados para análise foram coletados em alguns textos constantes do *corpus* D&G e de alguns jornais *on line*. Essa discussão respalda-se teórica e metodologicamente na Linguística Funcional Centrada no Uso ou Cognitivo-Funcional, linha teórica que congrega duas áreas que se complementam: o funcionalismo norte-americano e o cognitivismo linguístico. A perspectiva Cognitivo-Funcional investiga os fatos linguísticos reais, considerando os aspectos sintáticos, semânticos, pragmáticos e discursivos envolvidos na realização das ocorrências linguísticas.

Da Linguística Funcional norte-americana destaca-se neste trabalho, como categoria de análise, o paradigma da gramaticalização, mais precisamente a gramaticalização de construções na acepção de Bybee (2010), Traugott (2009). Da corrente cognitivista, seleciona-se, para a análise neste trabalho, a Gramática de Construções, categoria que analisa a integração entre estruturas linguísticas e processos cognitivos.

### 2. Considerações teóricas

A abordagem Cognitivo-Funcional concebe que a estrutura que a língua codifica é resultante, por um lado, da relação que o usuário estabelece entre o conteúdo cognitivo a ser

---

<sup>891</sup>Professora do Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem-PPgEL -UFRN. Natal. Brasil. E-mail: aparecida.silvand@hotmail.com

codificado e a gramática dessa língua. Essa corrente teórica concebe língua(gem) como um complexo mosaico de atividades cognitivas e sociocomunicativas estreitamente integrada às outras áreas da psicologia humana e gramática como representação cognitiva da experiência dos indivíduos com a língua, cuja estrutura é funcionalmente motivada (TOMASELLO, 1998).

A perspectiva Cognitivo-Funcional assume, ainda, a rejeição à autonomia da sintaxe, a incorporação da semântica e da pragmática à análise linguística, a não distinção estrita entre léxico e gramática, a relação entre a estrutura da língua e o uso que os falantes fazem dela em contextos reais de interação verbal, o entendimento de que os dados para a análise linguística são enunciados que efetivamente ocorrem no discurso, falado e/ou escrito (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2012). A perspectiva cognitivista entende a gramática como representação cognitiva das experiências humanas com a linguagem. É um sistema “baseado no uso” estabelecido nos falantes e no discurso.

No que tange à gramaticalização de construções este estudo orienta-se por estudiosos como Traugott (2009), para quem as “construções (bem como itens lexicais) são ambos vistos como ponto de partida e resultado da gramaticalização”; Bybee, Perkins e Pagliuca (1994) asseveram que “é toda a construção, e não simplesmente o significado lexical da raiz que é o precursor e, portanto, a fonte do significado gramatical”; Hopper e Traugott (2003) defendem que “a mudança por meio da qual itens lexicais e construções surgem em certos contextos linguísticos para atender funções gramaticais e, uma vez gramaticalizadas, continuam a desenvolver novas funções gramaticais”.

Para Traugott (1995, p.31) a gramaticalização compreende um processo de subjetificação, uma vez que estariam presentes processos “semântico-pragmáticos através dos quais os significados tornam-se cada vez mais baseados nas crenças e atitudes do falante acerca da proposição”. Assim, a subjetivização é codificada morfossintaticamente por construções gramaticais que correspondem às crenças e atitudes do falante a respeito do que enuncia.

Na acepção de Traugott e Dasher (2005), no que se refere à codificação da subjetividade do falante, há um processo gradiente em que as construções, no início, expressam sentidos concretos/lexicais/objetivos, e com o uso repetido passariam a indicar funções abstratas/pragmáticas/interpessoais com base nas crenças do falante.

Assim, a gramaticalização, na ótica de Traugott (1995), deve contemplar uma perspectiva que vai do mais concreto para o mais abstrato, ou seja: [objetivo] > [subjetivo] e [- subjetivo] > [+subjetivo]. Dessa forma, segundo a autora, o falante pode relacionar o que há disponível no léxico (proposicional) para indicar sua atitude no discurso e, conseqüentemente, a subjetivização, codificada nas construções, representaria a necessidade que um falante tem em tornar relevante o que diz.

Traugott (2003, 2009), defende a interseção entre gramaticalização e gramática de construções, considerando a construção como a unidade básica da língua. Fundamentada nos trabalhos de Goldberg (1995, 2006), Croft (2001) e Croft e Cruse (2004), Traugott (2009) leva em conta que a perspectiva da gramaticalização de construções pode trazer as seguintes contribuições: a) mudança entendida como um processo dinâmico, uma vez que a emergência de novos padrões construcionais se daria através do tempo e dos falantes, ou seja, o uso reiterado de padrões construcionais levaria à sua gramaticalização; b) alinhamento entre padrões de uso e padrões gramaticais; c) incorporação das microconstruções em uma rede, o que permitiria estabelecer redes construcionais de gramaticalizações integradas/interligadas.

### 3. Análise dos dados

Os exemplares a seguir ilustram o que Traugott e Dasher (2005) asseveram a respeito da codificação da subjetividade, que passa por um processo gradiente cujas construções inicialmente expressam sentidos objetivos/concretos passando, com o uso repetido, a expressar sentidos subjetivos/abstratos.

(01) Depois da Câmara de Vila Velha, agora é Euclério que pretende impedir a inauguração de obras inacabadas. Projeto protocolado pelo pedetista determina que o governo do Estado só pode fazer aquele oba-oba todo quando as obras estiverem 100% concluídas e aptas a serem entregues à população. Parece óbvio, mas virou vício realizar solenidades com a presença em peso da classe política, e quando **vai ver**, não tem quase nada ali.

Disponível em: <http://www.seculodiario.com.br>. Acesso em: 21 jun. 2013.

No exemplar acima, observa-se que a construção *vai ver* codifica, semanticamente, significados concretos, objetivos, pois, pelo contexto, os dois verbos expressam processos verbais distintos do mundo biofísico, ou seja, deslocamento com objetivo para ver, conferir algo, e o contexto deixa isso bem evidente, pois o referente, a que se referem os processos verbais, codifica algo concreto, no caso, “obras”.

Do ponto de vista sintático, a construção atua como núcleo do predicado, pragmaticamente, a estrutura em estudo, nesse caso, parece funcionar como materialização da veracidade do argumento apresentado pelo articulista que é a de constatar a inauguração de obras que não foram concluídas.

Nos excertos 2 e 3 observa-se o uso da construção *vai ver* não mais com sentido concreto e objetivo, mas passa a codificar a subjetividade do falante conforme pode se verificar nos exemplares a seguir:

(02) E mesmo que fosse um craque fora do comum, o América estaria certo em não admitir interferências de empresários na montagem do elenco. Logicamente, todos nós sabemos, isso é muito comum nos dias de hoje. Os clubes são reféns. Vejo também que começam a publicar que o destino pode ser o ABC. **Vai ver** é por isso que de repente Eraldo virou um craque do maior gabarito. Hoje, se o ABC assoviar todo mundo aplaude. **Vai ver** é por isso também que Juninho já foi ventilado no ABC, deve estar na cláusula contratual de Eraldo.

Disponível em: <http://www.correiodatarde.com.br>. Acesso em: 18 maio 2012

Observa-se no trecho acima o emprego da modalidade escrita informal da língua em uma coluna esportiva e também se verifica o predomínio da sequência argumentativa já que o colunista questiona o critério que geralmente define a escalação de jogadores. Pragmaticamente, a construção *vai ver* nesse contexto codifica a subjetividade do colunista ao aventar a possibilidade de um determinado jogador ter se tornado um craque devido à interferência dos empresários patrocinadores. Ele não afirma categoricamente, mas sugere por meio da construção, caracterizando uma estratégia de preservação de sua face.

(03) Segundo Mantega, os cinco ministros do grupo (incluindo a África do Sul) mantiveram uma conversa final nos bastidores do encontro do G-20 que definiu o valor do colchão anticrise para sacramentar a posição de apoio sem valores imediatos. Perguntado como, então, o FMI chegou aos US\$ 430 bilhões — pois apenas US\$ 360 bilhões foram declarados firme e publicamente, sendo US\$ 200 bilhões da zona do euro e US\$ 60 bilhões do Japão —, Mantega ironizou: — Isso é muito curioso. Deve ser matemática transcendental. **Vai ver** que tem alguma bola de cristal, em que eles adivinham.

Disponível em: <http://oglobo.globo.com>. Acesso em: 25 maio 2012.

No excerto acima, observa-se que a manifestação da subjetividade por parte do político em questão denota uma probabilidade irreal, já que o falante o fez de forma irônica, quando interpelado a opinar sobre o montante alcançado pelo FMI.

(04) ter torcido... não é nada de mais... não..." e o dedo doendo... eu "aí... está doendo... eu não consigo nem andar..." aí ele... "ah... mas deixa pra lá... não vai/ depois a gente joga... vamos ( ) fazer outra coisa..." aí eu "não... está doendo... está doendo... bota gelo nele..." botando gelo... aí... nada de passar... a dor... aí minha mãe chegava "que houve? que houve?" "ah... ele chutou a parede... **vai ver** que torceu o dedo..." "ah... meu/ o dedo dele... o dedo está quebrado..." começou a confusão... aí meu pai chegou... aí foi aquela bagunça... (D&G\_Rio de Janeiro 2. Narrativa de experiência pessoal oral, p. 83)

No exemplar acima, a construção *vai ver* codifica a subjetividade do falante ao apresentar uma hipótese ao perceber a reclamação de dor por parte do interlocutor.

Um fato comum que se observa entre as amostras analisadas acima, cujas construções com *vai ver* denotem a manifestação subjetiva do falante, é a dependência sintática entre a frase na qual se encontra a construção e o enunciado anterior.

Outro uso produtivo que se verifica é o emprego da construção *vai que* na manifestação da subjetividade, conforme os exemplares a seguir:

(05) Depois de pronto, após testes com o público, Dhália ainda foi obrigado a refilmar o final, porque pesquisas mostraram que não estava bom. "Esse filme tem um público específico e tínhamos que agradar a ele. Por isso, refizemos todo o final", justifica ele, que acredita que Hollywood contrata diretores estrangeiros por serem mais fáceis de controlar. Outros 16 diretores, americanos, disputaram a vaga, mas o brasileiro foi o escolhido. "A indústria cinematográfica é um grande cassino ou uma bolsa de valores. Eles estão apostando muito dinheiro ou investindo em ações em baixa. **Vai que** no futuro eu me transforme em um diretor mundialmente conhecido."

Disponível em: <http://www.correiodopovo.com.br>. Acesso em: 19 maio 2012.

No excerto acima a construção *vai que*, semanticamente, codifica a subjetivização do falante manifestando, no contexto em que se insere a construção, a suposição de que ele poderia ser futuramente um diretor mundialmente famoso. Vale salientar que a validade dessa

suposição fundamenta-se na declaração feita anteriormente pelo falante: o fato de a indústria cinematográfica ser um grande cassino ou uma bolsa de valores. Morfologicamente, o uso do verbo *transformar* no modo subjuntivo corrobora para a materialização da suposição. Sintaticamente, a construção inicia a oração atuando como uma espécie de introdutor de orações com verbo principal flexionado no modo subjuntivo.

O verbo *ir* na construção, nesse contexto, não tem nenhuma relação com o sentido lexical de deslocamento no espaço, ocorrendo, nesse caso, o que se chama de dessemantização.

(06) (...). Aliás, em qualquer via de trânsito, não medir o peso do pé no acelerador já reflete uma inconsciência total. É assumir o risco de provocar uma tragédia. O que deixa de ser um mero acidente, por definição. Passa a quase proposital. Claro, cada caso é um caso, e nem se quer acusar o caminhoneiro da BR 116. **Vai que** ele passou mal. Mas está comum demais a irresponsabilidade despreocupada com a vida. Entra aí, também, uma necessidade de consciência dos responsáveis pelos transportes. Prazo é prazo, mas deve haver segurança, não apenas pressa.

Disponível em: <http://portallw.correiodopovo.com.br>. Acesso em: 21 jun. 2013

No excerto acima, a construção *vai que*, do ponto de vista sintático, integra uma oração que, nesse contexto, representa um argumento hipotético do falante em relação ao que ele enunciou sobre o ocorrido com o caminhoneiro. Pragmaticamente a oração em que ocorre a construção, representa a tentativa, por parte do falante, de justificar a atitude do caminhoneiro, tentando de certa forma diminuir uma possível culpa e a construção *vai que* contribui para esse reforço. Observe-se que a subjetivização da construção ocorre na frase porque o falante manifesta sua subjetividade.

#### 4. Considerações finais

Diante do exposto fica evidente a natureza dinâmica da língua(gem) bem como a maleabilidade do sistema linguístico quando o usuário lança mão de outras alternativas que codificam a manifestação cognitiva; e, neste caso, a subjetividade do falante ao empregar as construções *vai ver* e *vai que*. Outro fator a se considerar é a questão do papel cultural que influencia na escolha bem como na difusão de estruturas linguísticas. O uso dessas estruturas é tão difundido que aparecem em textos de jornal, suporte que se caracteriza por apresentar textos da modalidade escrita, o que já é válido afirmar que essas construções se não se encontram gramaticalizadas, mas estão no processo de gramaticalização no português brasileiro.

Outro ponto a se considerar é que na codificação de intenções comunicativas, isso não ocorre única e exclusivamente via item lexical, mas também por meio de outras configurações linguísticas como ocorre, por exemplo, com o uso de construções cujo significado apreende-se na sua totalidade, e no caso em estudo, as estruturas codificam a subjetividade do usuário.

Interessa também evidenciar a forma como o usuário da língua se posiciona no discurso, ao empregar as construções em estudo, observa-se que esse uso, do ponto de vista pragmático, pode atuar como uma estratégia de preservação da face quando o falante não se coloca diretamente para não se comprometer dependendo do que esteja tratando, ou também pode manifestar ironia, mas somente no contexto é que é possível perceber os sentidos e que o falante pretende codificar.

Importa destacar também, no que se refere ao ensino de Língua Portuguesa, que seria viável que os compêndios gramaticais abordassem os fatos linguísticos de uma forma mais aproximada do uso, e isso implicaria rever também a formação inicial e continuada de professores no sentido de eles se apropriarem desse conhecimento, ou seja, da perspectiva da gramática de construções e, conseqüentemente trabalhar o ensino de Língua Portuguesa numa perspectiva mais próxima da realidade de uso da língua. Assim, trabalhar, por exemplo, o uso do verbo ir na perspectiva de uma gramática de construções, possibilitaria ao aluno perceber as possíveis configurações sintáticas, semânticas e pragmáticas que o uso do verbo ir pode apresentar no discurso.

### Referências Bibliográficas

BARBOSA, F. *Mantega ironiza FMI e diz que fundo deve ter "bola de cristal"*. Disponível em: <http://oglobo.globo.com>. Acesso em: 25 maio 2012.

BYBEE, Joan; PERKINS, Revere; PAGLIUCA, William. *The evolution of grammar: Tense, aspect, and modality in the languages of the world*. Chicago; London: University of Chicago Press, 1994.

BYBEE, Joan L. Where do constructions come from? Synchrony and diachrony in a usage-based theory. In: BYBEE, Joan. *Language, usage, and cognition*. Cambridge, United Kingdom/ UK: University Press Cambridge/ CUP, 2010.

CORREIO DO POVO. *Heitor Dhalia estreia em Hollywood com longa "12 Horas"*. Disponível em: <http://www.correiodopovo.com.br>. Acesso em: 19 maio 2012.

CROFT, W. *Radical Construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

FILHO, O.B. *Gardenal*. Disponível em: <http://portallw.correiodopovo.com.br>. Acesso em 21 jun. 2013.

FURTADO DA CUNHA, M. A. *Corpus Discurso & Gramática: a língua falada e escrita na cidade do Natal*. Natal: EDUFRN, 1998.

\_\_\_\_\_; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (orgs.). *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mario Martelotta*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2013 (no prelo).

GIVÓN, Talmy. *On Understanding Grammar*. New York: Academic Press, 1979.

\_\_\_\_\_. *Syntax: A functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins, 1984.

\_\_\_\_\_. *Syntax: an introduction*. v. I. Amsterdam; Philadelphia: J. Benjamins, 2001.

GOLDBERG, Adele. *Constructions. A constructional grammar approach to argument structure*. The University of Chicago Press: London, 1995.

\_\_\_\_\_. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford University Press, 2006.

HOFFMANN, S. Are low-frequency complex preposition grammaticalized? On the limits of corpus data-and the importance of intuition. In: LINDQUIST, H. and MAIR, C. (eds). *Corpus approaches to grammaticalization in English*. Amsterdam: Benjamins, 2004.

HOPPER, P. J. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. C. and HEINE, B. (eds.) *Approaches to grammaticalization*. Vol. 1: focus on theoretical and methodological issues. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, 1991.

HOPPER, Paul J. & TRAUGOTT, Elizabeth-Closs. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

ISRAEL, M. The way constructions grow. In: GOLDBERG, Adel (ed). *Conceptual structure, discourse and language*. Stanford: CSLI, 1996.

MEDEIROS, M. Às claras. Euclério quer CPI para apurar espionagem da Vale. Quem vai? Disponível em: <http://www.seculodiario.com.br>. Acesso em 21 jun. 2013.

MEIRA, S. *Competitividade das TICs no Brasil*. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 14 jan. 2013.

MENEZES, T. de. *Primeiro álbum solo é passeio por possibilidades da guitarra*. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 14 jan. 2013.

ÖSTMAN, J. Construction discourse: a prolegomenon. In: \_\_\_\_\_; FRIED, M. (eds.). *Construction Grammars: cognitive grounding and theoretical extensions*. Amsterdam: John Benjamins, 2005, p. 121-144.

OUTEDA, D. Disponível em: <http://www.correiodatarde.com.br>. Acesso em: 18 maio 2012.  
TOMASELLO, M. (ed.). *The new psychology of language*. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1998.

TRAUGOTT, E. C. Subjectification in grammaticalisation. In: DIETER, S. & WRIGHT, S. (eds.) *Subjectivity and Subjectivization: Linguistic Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

TRAUGOTT, E. C. Constructions in grammaticalization. In: JOSEPH, B. D., JANDA, R. D. (Org.). *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell Publishing Ltda, 2003.

TRAUGOTT, E.; DASHER, R. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005

TRAUGOTT, Elizabeth C. Grammaticalization and Construction Grammar. In: NÖEL, Dirk. *Grammaticalization and Construction Grammar*. John Benjamins Publishing Company, 2007.

TRAUGOTT, E. C. Grammaticalization and construction grammar. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (org.). *História do português paulista*. v. 1. Campinas: Unicamp/ Publicações IEL, 2009

## TRANSITIVIDADE: ENSINO REFLEXIVO DE GRAMÁTICA

Maria Angélica FURTADO DA CUNHA (UFRN)<sup>892</sup>  
Edvaldo Balduino BISPO (UFRN)<sup>893</sup>

**Resumo:** Abordamos as relações entre o significado do verbo e a organização estrutural da oração, mais especificamente dos verbos tradicionalmente classificados como transitivos diretos. Orientamo-nos por dois objetivos principais: (i) tratamos das relações entre sintaxe e semântica responsáveis pela codificação da oração, com base no significado do verbo e nos papéis semânticos dos argumentos que ele seleciona; (ii) apresentar uma proposta de trabalho com interface entre sintaxe e semântica em sala de aula, no âmbito da educação básica, tomando como exemplo um texto narrativo. A perspectiva teórica aqui considerada é a da Linguística Funcional Centrada no Uso.

**Palavras-chave:** Ensino de língua portuguesa. Transitividade. Linguística Funcional.

### 1. Introdução

Neste trabalho, temos por objetivo analisar o fenômeno da transitividade e suas manifestações diversificadas em textos narrativos. Tomando como suporte o referencial teórico da Linguística Funcional Centrada no Uso (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, no prelo), analisamos uma narrativa recontada falada e sua correspondente escrita extraída do *Corpus Discurso & Gramática* (FURTADO DA CUNHA, 1998). Defendemos que a abordagem da transitividade na escola deva considerar o comportamento dos verbos em textos reais, de diferentes gêneros de discurso, observando os efeitos semântico-pragmáticos e morfossintáticos que o uso de um verbo e seus argumentos (sujeito e objeto direto) acarreta. O papel do contexto discursivo-pragmático é fundamental na aferição da transitividade, pois, embora um verbo possa ser potencialmente classificado como transitivo, é no seu funcionamento textual (o que inclui a questão do gênero de discurso) que essa potencialidade se concretiza ou não.

Para a gramática tradicional, a transitividade é uma propriedade do verbo, e não da oração: são transitivos aqueles verbos cujo processo se transmite a outros elementos, que lhes completam o sentido. Por oposição, nos verbos intransitivos a ação não vai além do verbo. Ou seja, a classificação de um verbo como transitivo ou intransitivo se apoia na presença ou ausência de um SN objeto (critério sintático) exigido pelo significado do verbo (critério semântico). Na visão tradicional, os três elementos da transitividade – sujeito, ação, objeto – co-ocorrem.

Na perspectiva da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), a transitividade é entendida não como uma propriedade inerente do verbo, mas como uma propriedade contínua, escalar (ou gradiente), da oração como um todo. É na oração que se podem observar as relações entre o verbo e seu(s) argumento(s).

Com base nessa abordagem teórica, apresentamos uma proposta de trabalho, em sala de aula, que leva em consideração a interface entre sintaxe e semântica na análise da transitividade.

---

<sup>892</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, Brasil. E-mail: angefurtado@gmail.com

<sup>893</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, Brasil. E-mail: edbbispo@gmail.com



## 2. A transitividade sob a ótica da Linguística Funcional Centrada no Uso

A Linguística Funcional Centrada no Uso reconhece que fatores de natureza interacional e cognitiva desempenham papel relevante na configuração estrutural de que se revestem variadas construções linguísticas. Isso equivale a dizer que há, de algum modo, uma motivação entre forma e função, de sorte que a codificação linguística de determinadas estruturas tem a ver com as funções que elas desempenham na interação discursiva e se relaciona diretamente aos propósitos que se quer alcançar (GIVÓN, 2001; FURTADO DA CUNHA *et al*, 2003).

Essa abordagem teórica fornece uma alternativa de análise para a questão da transitividade (HOPPER; THOMPSON, 1980; FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2011), segundo a qual, diferentemente da gramática tradicional, a transitividade é uma questão da gramática da oração inteira tal como ela ocorre nas interações comunicativas, e não apenas a relação entre um verbo e seu objeto. Isso significa que é a regularidade de ocorrência de um verbo em textos reais, falados ou escritos, que estabelece os esquemas ou molduras gramaticais (*frames*) que fazem parte do conhecimento linguístico que os falantes dominam. Nesse sentido, as relações entre o verbo e seu(s) argumento(s) se espraiam pela oração como um todo, de modo que a transitividade pode ser decomposta em suas partes componentes, cada uma delas focalizando uma faceta da transferência de uma ação de um participante para outro em uma porção diferente da oração, como propõem Hopper e Thompson (1980). Assim, o grau de transitividade de uma oração depende da análise de dez parâmetros sintático-semânticos, que dizem respeito à quantidade de participantes (um *vs* mais de um), à cinesia (ação *vs* não ação), ao aspecto (perfectivo *vs* não perfectivo) e à pontualidade do verbo (pontual *vs* não pontual), à intencionalidade (intencional *vs* não intencional) e à agentividade do sujeito (agentivo *vs* não agentivo), à polaridade (afirmativa *vs* negativa) e à modalidade da oração (modo realis *vs* modo irrealis), ao afetamento (afetado *vs* não afetado) e à individuação do objeto (individuado *vs* não individuado).

Do ponto de vista semântico, o evento transitivo prototípico é definido pelas propriedades do agente, do paciente e do verbo envolvidos na oração que codifica esse evento. Em princípio, a delimitação das propriedades desses três elementos é uma questão de grau. Do ponto de vista sintático, todas as orações – e verbos – que têm um objeto direto são transitivas; as que não o têm são intransitivas. Desse modo, se uma oração codifica um evento semanticamente transitivo, o agente do evento é o sujeito da oração e o paciente do evento é o objeto direto da oração. Contudo, a manifestação discursiva de um verbo potencialmente transitivo depende de fatores pragmáticos. Assim, ao representar um evento transitivo, no discurso espontâneo, o falante tende a eliminar o objeto-paciente da ação verbal, ou porque ele é recuperável do contexto precedente ou porque sua exata identidade é irrelevante para o que ele quer comunicar. É o que acontece, por exemplo, em (1):

- (1) que... quer dizer na verdade ele precisava que alguns intérpretes conhecidos gravassem a música dele pra aparecer porque ele grava já tem quatro discos... mas:: é quem que vai **comprar** ... ele **dá** pros amigos e tal... daí entra a questão da concorrência né... e outras:: mil:: pessoas eu recebo lá... canTOras... cantoras são são...DEZ por dia né que cê recebe... (LIMA-HERNANDES; VICENTE, 2012)

Nesse fragmento, tanto o verbo *comprar* quanto *dar* implicam, em sua moldura semântica, um objeto direto, o qual não foi explicitado pelo falante uma vez que pode ser recuperado do contexto imediatamente anterior (*discos*).

Logo, a codificação sintática do objeto decorre de propriedades semânticas do verbo a que se liga e de suas condições de uso.

A noção revisitada e ampliada de transitividade, formulada no quadro da Linguística Funcional norte-americana, é fundamental para o entendimento de como a gramática do verbo e seus argumentos se manifesta em textos reais produzidos em situação de comunicação.

### 3. Proposta de trabalho

Vimos que os verbos tradicionalmente classificados como transitivos e intransitivos não apresentam, no uso efetivo da língua, fronteiras nítidas que separem uns dos outros categoricamente: os verbos transitivos também podem ser usados sem um segundo argumento. Dessa maneira, a classificação desses verbos deve ser feita através de um item que exemplifica o protótipo, enquanto os outros elementos são classificados considerando suas características que mais se aproximam ou distanciam em relação ao exemplar prototípico. É a recorrência de uso de um verbo nos contextos cotidianos de interação que fixa ou regulariza sua estrutura argumental. Sugerimos, assim, que o estudo da transitividade deve ser baseado em textos de gêneros variados, orais e escritos, formais e informais, para que o aluno possa refletir sobre a utilização de um dado verbo e que contribuições ela traz para o texto em termos de efeitos semântico-pragmáticos e morfossintáticos. Ao comparar gêneros de discurso variados, o professor pode pesquisar com os alunos em que gênero(s) os verbos transitivos tendem a ocorrer com mais frequência, ou ainda em que porção textual (figura ou fundo) os diferentes tipos semânticos de verbos transitivos predominam. Vejamos, a título de ilustração, a análise de uma narrativa recontada e algumas considerações acerca de possibilidades de um trabalho em sala de aula.

#### Narrativa recontada

A minha narrativa será a respeito do filme: Mudança de hábito.

O filme é uma comédia e narra a história de uma "cantora da noite", ela cantava em casas noturnas dos Estados Unidos, e que uma noite presenciou o seu amante, (que era um traficante muito procurado e conhecido pela polícia) matando um homem por não ter feito um serviço direito e também por estar devendo-lhe dinheiro. Ela abriu a porta do apartamento na "hora" e na mesma hora fechou, por isso o seu amante com medo que ela contasse pra polícia e testemunhasse contra ele em um processo que ele já tinha nas costas. E ela saiu de lá e foi p/ a delegacia contar o que tinha acontecido. O delegado sabia que o traficante iria procura-lá aonde quer que fosse, por isso o melhor local para escondê-la foi em um convento.

A madre do Convento, a princípio não queria a presepça da cantora lá e só aceitou depois que ofereceram uma quantia em dinheiro p/ ajudar nas obras sociais do convento.

O engraçado do filme começou quando ela tinha que se adaptar a todos os horários e obrigações do convento que não tinha nada, ou melhor, nenhuma relação com o seu jeito de ser.

Enquanto isso o seu ex-amante continuava procurando a cantora. Ela foi convidada a participar do coral da igreja, que tinha a regência de uma freira antiga, mas que não entendia tanto de música, notas e etc ...

A cantora foi ensaiando e ao mesmo tempo "se metendo" no trabalho da freira. A freira, chateada com o que estava acontecendo entregou o coral nas mãos da cantora.

Nas casas em que ela trabalha, as músicas que ela cantava era se referindo à homens, amor e etc ... No coral ela mudou algumas palavras e usou estas músicas para o coro. O engraçado era as freiras cantando em ritmo mais agitado, batendo palmas e dançando. A cantora começou a preparar o coral para a vinda do Papa.

O ex-amante da cantora, grampeou o telefone do delegado e no dia em que ela ligou para ele, o traficante descobriu o esconderijo da cantora e a raptou. Eles entraram numa espécie de galeria onde tinha muitas lojas, restaurantes e muita gente. A noviça que estava sempre ao lado da freira "cantora" descobriu onde ela estava, seguindo-os de carro e avisou p/ a mãe. A mãe que já estava se tornando amiga da freira, convocou todas do convento e ela entraram na galeria conseguindo enganar o traficante e seus capangas, a polícia então conseguiu matá-los.

O coral ficou pronto para a apresentação da chegada do Papa e nesse dia ao contrário dos outros a Igreja estava cheia, inclusive de jovens que participavam de gangs.

O engraçado do filme ficou por conta do comportamento da cantora no convento e as mudanças que houve no mesmo.

(FURTADO DA CUNHA, 1998, p. 298-299)

Em primeiro lugar, enfatizamos nosso posicionamento de que o trabalho com textos em sala de aula não deve ter como propósito exclusivo ou direto o estudo de conteúdos gramaticais. A ideia é que o contato com diversos gêneros e tipos textuais, efetivamente realizados, também seja aproveitado para o estudo de fenômenos linguísticos, de modo que o aluno possa observar as regularidades que governam os diversos usos da língua. Nesse particular, inserimos a abordagem da transitividade. Além disso, também ponderamos os diferentes fatores implicados na seleção dos textos a serem levados para a sala de aula, que devem fatalmente contemplar os objetivos do ensino de língua portuguesa e os interesses e motivações de aprendizagem dos educandos. Por fim, registramos que, em virtude do espaço de que dispomos e conforme os objetivos deste artigo, não trataremos aqui de questões relativas à introdução do texto em sala, nem às discussões sobre a compreensão textual. Focalizaremos, mais estritamente, a abordagem das possibilidades de tratamento do fenômeno da transitividade por meio do texto selecionado.

Um primeiro aspecto que pode ser trabalhado com os alunos é a identificação dos verbos (potencialmente) transitivos presentes, comparando-se sua frequência com a de verbos não transitivos, o que os levaria a perceber a maior ocorrência de verbos do primeiro tipo. A seguir, seriam consideradas as porções do texto em que figuram, com mais frequência, orações com maior grau de transitividade em comparação aos trechos nos quais predominam orações menos transitivas. Com esse procedimento, é possível constatar que as partes do texto que exibem orações com alta transitividade assinalam porções centrais (que contêm ações desempenhadas pelas personagens e que fazem a narrativa progredir); já as orações com baixa transitividade marcam as porções periféricas, correspondentes ao fundo (no caso do texto em foco, as descrições, as cenas concomitantes às ações principais). Em (2) e (3), temos, respectivamente, um caso de orações com alta transitividade e outro de orações com baixo grau de transitividade.

(2) “Ela abriu a porta do apartamento na "hora" e na mesma hora fechou, [...]. E ela saiu de lá e foi p/ a delegacia [...].”

(3) “O coral ficou pronto para a apresentação da chegada do Papa e nesse dia ao contrário dos outros a Igreja estava cheia, inclusive de jovens que participavam de gangs.”

O trecho presente em (2) contém orações mais transitivas, envolvendo ação (cinese), agentividade e intencionalidade do sujeito, modalidade realis e polaridade afirmativa da oração, perfectividade e pontualidade dos verbos e afetamento do objeto (no caso de *abriu* e *fechou*), conforme parâmetros propostos por Hopper e Thompson (1980). Ao observarmos o trecho em que essas orações aparecem, notamos que elas representam atitudes, ações que a

personagem protagonista desempenha, marcando a dinamicidade da narrativa, fazendo a história avançar.

No trecho (3), por sua vez, o que temos é a caracterização do cenário no qual ocorrerá uma apresentação do coral composto por noviças em virtude da presença do Papa. Predominam verbos estativos (*ficar, estar, participar*), com baixa transitividade: apresentam, quase todos, características opostas às apontadas para os verbos presentes em (2).

Também é possível considerar que tipos semânticos de verbo (ação, processo, ação-processo, estado) são mais recorrentes em distintas partes do texto. Um exame da narrativa recontada em foco permite-nos perceber a maior incidência de verbos de ação e de ação-processo, os quais figuram na porção textual com maior dinamicidade, envolvendo atividades físicas de sujeitos agentivos, como é possível ver em (2) e em (4) a seguir.

- (4) “O ex-amante da cantora, grampeou o telefone do delegado e no dia em que ela ligou para ele, o traficante descobriu o esconderijo da cantora e a raptou.”

Por outro lado, nos trechos mais descritivos, predominam verbos de estado, que implicam propriedades dos sujeitos e contribuem para a caracterização de personagens, do espaço, do tempo e das circunstâncias em que se desenrolam as ações da narrativa. Isso pode ser notado em (3), em que encontramos os verbos *ficar, estar e participar*, bem como pode ser observado nos trechos destacados em (5) e (6), postos a seguir, em que são usados os verbos *ter e entender, ser e estar*, respectivamente.

- (5) “Ela foi convidada a participar do coral da igreja, *que tinha a regência de uma freira antiga, mas que não entendia tanto de música, notas e etc ...*”

- (6) “A noviça *que estava sempre ao lado da freira "cantora"* descobriu onde ela estava, seguindo-os de carro e avisou p/ a madre. A madre *que já estava se tornando amiga da freira*, convocou todas do convento[...].”

Notemos que os trechos destacados em (5) e (6) concorrem para a composição dos perfis das personagens, o que servirá para justificar atitudes e ações por elas protagonizadas ao longo da narrativa, como é o caso da intromissão de uma noviça coralista na condução dos rumos do coral em virtude de a regente (uma freira antiga) não “entender” bem de música, por exemplo.

Desse modo, como podemos perceber, o professor pode correlacionar o estudo da transitividade à organização discursiva do texto: porções descritivas, caracterizadoras de ambientes e personagens e de ações simultâneas associam-se a orações menos transitivas, com verbos estativos; por outro lado, porções centrais, com maior saliência narrativa, contêm orações com alta transitividade, em que são frequentes verbos de atividade física. Esse modo de conceber o tratamento de fenômenos linguísticos, como o da transitividade, pressupõe a consideração de contextos efetivos de uso da língua e pode dar outra dimensão à abordagem de um tópico gramatical ao elucidar seu papel na configuração do texto, mais especificamente no que se refere à tipologia textual.

Ainda aproveitando o texto tomado para análise, outro aspecto que pode ser trabalhado em sala de aula é a verificação de que verbos (potencialmente transitivos) são seguidos ou não de objeto direto a fim de que, posteriormente, se identifiquem motivações para os casos de omissão do complemento. Consideremos, então, para fins de análise, (2), repetido a seguir, e as amostras (7), (8) e (9).

- (2) “Ela **abriu** a porta do apartamento na "hora" e na mesma hora **fechou**, [...]. E ela saiu de lá e foi p/ a delegacia contar o que tinha acontecido.”

- (7) “O filme é uma comédia e narra a história de uma "cantora da noite", ela **cantava** em casas noturnas dos Estados Unidos [...]”
- (8) “Nas casas em que ela trabalha, as músicas que ela **cantava** era se referindo à homens, amor e etc ...”
- (9) “E ela saiu de lá e foi p/ a delegacia contar o que tinha acontecido. O delegado sabia que o traficante iria **procura**-lá aonde quer quer que fosse, por isso o melhor local para **escondê**-la foi em um convento.”

Os verbos destacados nos trechos transcritos são potencialmente transitivos, ou seja, sua moldura semântica implica dois argumentos: um externo (sujeito) e outro interno (objeto direto). Ocorre, porém, que a codificação linguística do argumento interno varia em cada situação. Os complementos de *abrir* (em (2)), *cantar* (em (8)), *procurar* e *esconder* (em (9)) foram explicitados, embora por expedientes morfossintáticos distintos: SN lexical em (2) – *a porta do apartamento* – e SN pronominais em (8) e (9) – *que*, (1)a. Essa diferença relaciona-se ao *status* informacional ou estado de ativação do complemento verbal: no caso de *abrir*, seu argumento interno constitui informação nova, ainda não disponível para o interlocutor (daí a necessidade de mais material linguístico para codificá-lo); já o objeto de *cantar* (em (8)) e de *procurar* e *esconder* (em (9)) representa informação dada, conhecida – fornecida em contexto precedente –, por isso a codificação por meio de elemento anafórico.

Quanto aos objetos de *fechar* (em (2)) e *cantar* (em (7)), eles foram omitidos. Essa omissão, à semelhança dos casos mencionados anteriormente, possui motivação pragmática: em (2), o objeto de *fechar* representa informação velha, tendo sido referida previamente (*a porta do apartamento*); para o caso de (7), o complemento não foi explicitado por constituir informação inferível (*música*), sobretudo pelo contexto discursivo (fala-se da atuação profissional de uma cantora) e pela semântica do verbo.

Destacamos aqui que uma discussão assim conduzida permite ao professor fazer uma correlação entre o estudo da transitividade e a configuração estrutural de enunciados na composição dos textos. Mais uma vez, enfatizamos o papel textual-discursivo no tratamento de fenômenos linguísticos/gramaticais.

Outro ponto a ser considerado diz respeito ao fato de que, por um lado, a estrutura argumental S + V + OD é compartilhada por verbos que não representam, semanticamente, um evento transitivo, ou seja, aqueles em que um sujeito agentivo animado intencionalmente provoca uma mudança física perceptível num objeto paciente. Por outro lado, este é o arranjo estrutural mais frequente, no discurso, para todos os verbos classificados como transitivos, independentemente da cena que evocam. Esse ponto deve ser explorado no tratamento da transitividade, levando-se o aluno a perceber a não correlação estrita entre estrutura argumental sintática e semântica. Para tanto, o professor deve partir da oração transitiva prototípica, conforme descrito anteriormente, para analisar outros casos, conforme se aproximem ou se distanciem do protótipo. Tomemos as amostras (2) e (10) para fins de consideração acerca de possível abordagem em sala de aula:

- (2) “Ela *abriu* a porta do apartamento na "hora" e na mesma hora fechou, [...]. E ela saiu de lá e foi p/ a delegacia contar o que tinha acontecido.”
- (10) “O delegado *sabia* que o traficante iria procura-lá aonde quer quer que fosse, por isso o melhor local para escondê-la foi em um convento.”

A oração da qual participa o verbo *abrir*, em (2), reúne as propriedades do evento transitivo prototípico (agentividade e intencionalidade do sujeito, ação e perfectividade verbal; individuação e afetamento do objeto). Já com o verbo *saber*, em (10), o mesmo não se dá: o sujeito não é agentivo, não temos ação nem perfectividade verbal, nem afetamento físico

do objeto. Entretanto, os dois verbos destacados apresentam a mesma configuração estrutural S + V + OD.

Embora no caso de (10) sujeito, verbo e complemento não apresentem as características do modelo transitivo (agentividade, ação e afetamento total do objeto, respectivamente), a oração é codificada do mesmo modo que a transitiva prototípica, como ocorre em (2), por meio de um processo de extensão metafórica. Ou seja: semelhanças com o protótipo, como o envolvimento de um sujeito humano (*o delegado*) e de um objeto inanimado (*que o traficante iria procura-lá aonde quer que fosse*), licenciam a codificação morfossintática de uma oração com baixo grau de transitividade. Assim, o uso do mesmo padrão sintático para representar cenas diferentes, mas relacionadas – dadas as propriedades do sujeito (humano) e do objeto (inanimado) – resulta em economia linguística.

Os dados aqui analisados refletem algumas possibilidades de manifestação diversificada do fenômeno da transitividade, atendendo aos propósitos comunicativos e cognitivos dos usuários da língua. A combinação de um dado verbo com um ou dois participantes não é, portanto, uma propriedade especificada no léxico mental, e sim um fato altamente variável em dados reais de fala e de escrita. Nesse sentido, a análise da transitividade não deveria se concentrar nos verbos de orações isoladas. Ao contrário, o papel do contexto discursivo-pragmático é fundamental na aferição da transitividade oracional, pois embora um verbo possa ser potencialmente classificado como transitivo, é no seu funcionamento textual que essa potencialidade se concretiza ou não (ver comentários para o caso dos verbos *abrir* e *fechar* em (2) e *cantar* em (7)). A transitividade é, assim, uma questão da gramática da oração inteira tal como ela ocorre nas interações comunicativas, e não apenas a relação entre um verbo e seu objeto. Isso significa que é a regularidade (ou frequência) de ocorrência de um verbo em textos reais que estabelece os esquemas ou molduras gramaticais que fazem parte do conhecimento linguístico que os falantes dominam.

Nesse sentido, nossa proposta é que a língua viva, com suas variações, seja objeto de reflexão nas salas de aula. O professor, mais do que ensinar gramática, que os alunos já sabem, deve levá-los a refletir sobre ela, flagrando sua face instável, emergente, moldada pelo uso linguístico cotidiano.

Por fim, esclarecemos que as discussões e possibilidades aqui apresentadas devem levar em consideração a etapa da escolaridade e o nível de desenvolvimento cognitivo dos alunos. Assim, sugerimos que o ensino da transitividade acompanhe a gradualidade que se manifesta nos fenômenos linguísticos, de modo que os casos prototípicos sejam examinados nas séries iniciais e os casos menos típicos nas séries mais avançadas.

#### 4. Considerações finais

Sob a ótica do quadro teórico da linguística funcional norte-americana, a transitividade é tratada como um complexo de traços sintático-semânticos que, prototipicamente, refletem diferentes aspectos da transferência de atividade de um agente para um paciente. Essa mudança de perspectiva no estudo da transitividade pressupõe que as categorias linguísticas não são discretas ou binárias, mas se distribuem num *continuum*. Logo, não é surpreendente que, em muitos casos, seja difícil traçar uma distinção nítida entre verbos de um ou de dois participantes, já que a fronteira entre essas duas categorias é fluida e instável, como nos casos de omissão do argumento paciente ou ainda nos casos em que o verbo tem dois participantes, mas o objeto não é um paciente afetado, como se dá com os verbos de ação, de processo e de estado.

Quanto à impossibilidade de traçar fronteiras nítidas entre verbos de um e de dois participantes, observamos que, além de as línguas naturais diferirem quanto à marcação desses verbos, em uma mesma língua os verbos variam em relação à especificação clara dos

SN com os quais podem ocorrer. Desse modo, alguns verbos podem alternar entre uma configuração de um participante ou de dois participantes, comprovando a fluidez entre as duas categorias de predicado. Veja-se, por exemplo, a alternância entre *Eu fervi a água* e *A água já ferveu*.

No contexto de um quadro teórico que postula uma relação de simbiose entre discurso e gramática, está claro que essa preferência por uma estrutura argumental decorre de pressões discursivas e cognitivas. Nesse sentido, a categorização dos verbos é mais produtivamente abordada na escola por meio da investigação do comportamento desses elementos nos textos, admitindo-se a competição ou interação entre forças internas e forças externas ao sistema. Logo, a transitividade do verbo não deve ser determinada exclusivamente através do critério número de argumentos presentes na oração.

O modo como os verbos se combinam com SN não é uma propriedade estável dos itens no léxico mental, mas um fato altamente variável. Somente através do exame de dados de textos reais é possível determinar como os verbos e seus argumentos são usados por falantes reais, engajados em interações comunicativas. A análise desses dados pode fornecer material relevante para a compreensão de como os humanos produzem e processam a linguagem.

Dadas essas considerações e levando em conta essa perspectiva de análise do fenômeno da transitividade, contemplamos, neste artigo, possibilidades de tratamento dessa questão em sala de aula por professores da educação básica, vislumbrando correlacionar o trabalho com a análise linguística a questões discursivo-textuais. A discussão aqui empreendida pode contribuir significativamente para um trabalho mais produtivo com a gramática, nos níveis fundamental e médio, e auxiliar nas atividades de leitura e produção escrita.

### Referências Bibliográficas

FURTADO DA CUNHA, M. A. (Org.). *Corpus Discurso & Gramática* – a língua falada e escrita na cidade do Natal. Natal: EDUFRN, 1998.

FURTADO DA CUNHA, M. A. et al. (orgs.). *Linguística funcional* – teoria e prática. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; SOUZA, M. M. *Transitividade e seus contextos de uso*. São Paulo: Cortez, 2011.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (orgs.). *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2013, p.13-39.

GIVÓN, T. *Syntax*. v. 1. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

HOPPER, P.; THOMPSON, S. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, v. 56, n. 2, p. 252-299, 1980.

LIMA-HERNANDES, M. C.; VICENTE, R. B. *A língua portuguesa falada em São Paulo: amostras da variedade culta do século XXI*. São Paulo: Humanitas, 2012.

## O ASPECTO VERBAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: BREVE ESTUDO

Thaís Ludmila da Silva Ranieri (UAST-UFRPE/PPGL-UFPE)<sup>894</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo fazer uma análise da categoria de aspecto verbal em gramáticas normativas do português brasileiro. De modo geral, o trabalho centra-se em estudos de ordem funcionalista, propostos por Givon (1984), por Payne (1997), por Timberlake (2007) e por Bybee (1984). Pensando no panorama brasileiro, apresentamos as discussões de Castilho (2010) e de Ilari (2008). Podemos anunciar, de antemão, que o aspecto verbal, em Português Brasileiro, vem sendo tratado associado às categorias de tempo e de modo, restringindo a discussão ao plano morfológico dentro dos estudos gramaticais tradicionais. Por vezes, o aspecto nem é apresentado como categoria verbal.

**Palavras-chave:** Aspecto verbal. Português brasileiro. Gramática normativa.

### 1. Introdução

Para tratar da discussão que se anunciará, conceberemos aqui *as classes de palavras ou partes do discurso*, tal como proposta por Basílio (2011, p. 21), como um *conjunto aberto de palavras, definidos a partir de propriedades ou funções semânticas e/ou gramaticais*. Dentro desse contexto, nos estudos das classes de palavras, a classe dos verbos apresenta um papel de grande importância, uma vez que junto com o substantivo integram as estruturas hierárquicas de todas as línguas do mundo. Para Payne (1997, p. 33), *cada língua tem pelo menos duas grandes categorias gramaticais - substantivo e verbo*<sup>895</sup>. De pensamento parecido, Givon (1984) traz ainda os adjetivos e os advérbios, mas não põe de lado os verbos e os substantivos. *Nós frequentemente encontramos quatro principais classes lexicais (classes de palavras) em línguas: (a) substantivos, (b) verbos, (c) adjetivos, (d) advérbios*<sup>896</sup> (idem, 1984, p. 51). Uma ou outra divergência pode aparecer, mas é de comum acordo a ideia de que os verbos constituem uma classe indispensável na organização das classes de palavras de uma língua. Diante do exposto, o presente trabalho tem por objetivo apresentar reflexões sobre a categoria de aspecto no Português Brasileiro, a partir de gramáticas normativas.

### 2. Posicionamentos teóricos em torno da categoria *aspecto*

De certa forma, existe uma dificuldade em tratar de cada categoria verbal, a saber, tempo, modo e aspecto, de modo autônomo, uma vez que em determinadas línguas há uma associação entre elas, em especial quando se trata de tempo e de aspecto verbal. Tradicionalmente, o estudo sobre o aspecto verbal vem sendo tratado dentro da tríade Tempo, Modo e Aspecto que em inglês assume a sigla *TAM* (*Tense, Mood e Aspect*). Essa associação, em parte, deve-se às pesquisas com as línguas clássicas e com as línguas indo-europeias, uma vez que é característico desses sistemas linguísticos o uso em conjunto das três categorias.

<sup>894</sup> Professora Assistente da Universidade Federal Rural de Pernambuco e doutoranda em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: thaisranieri@yahoo.com.br

<sup>895</sup> Todas as traduções que serão apresentadas são de responsabilidade da autora. *Every language has at least two major grammatical categories – noun and verb* (PAYNE, 1997: 33).

<sup>896</sup> *We most commonly find four major lexical classes (word classes) in languages: (a) nouns, (b) verbs, (c) adjectives, (d) adverbs* (GIVON, 1984: 51).



Givón (1984) ressalta que o tempo, o modo e o aspecto são as categorias mais comuns universalmente encontradas dentro da classe dos verbos. Dependendo de suas necessidades comunicativas, cada falante de uma língua fará uso de uma ou de outra categoria de modo mais frequente. Assim, uma língua poderá ter maior atenção para o tempo, outras para o modo e algumas para o aspecto. Há casos também que a ocorrência em conjunto das três categorias não permite fazer uma discriminação entre cada uma delas. Algumas línguas têm em seu sistema uma combinação que agrega, morfológicamente, sintaticamente ou discursivamente, os valores de tempo, de modo e de aspecto no mesmo paradigma (PAYNE, 1997).

Para Payne (1997, p. 238, tradução nossa), “o aspecto descreve a forma temporal interna de eventos ou estados<sup>897</sup>”. Em sua visão, o aspecto está associado à realização e à duração de eventos ou estados dentro de um plano temporal, ainda que para ele um não seja intrínseco ao outro. O autor mostra, tendo o inglês como exemplo, que nem todas as línguas apresentam todas as relações de aspecto, isto é, nem todas têm em sua estrutura uma noção que está gramaticalizada para essa categoria. Por essas razões, o aspecto, segundo ele, pode ser marcado por expressões nominais que funcionam como complementos do verbo. Para ilustrarmos a afirmação, vejamos os seguintes exemplos:

- (1) *I built houses* [Eu comprava casas] e (2) *I built a house* [Eu comprei uma casa].

Em inglês, só podemos perceber a mudança de sentido aspectual devido ao complemento do verbo (1) *houses* [casas] que está no plural diferente de (2) *a house* [uma casa] que está no singular. Fica claro que nos dois exemplos as ações se realizam no tempo passado, mas há uma diferença na duração deles. A duração do evento está marcada na quantidade de casas e não morfológicamente no verbo. Ao compararmos (1) *built* [comprava] e (2) *built* [comprei] vemos que não há diferenças estruturais na composição do verbo que marquem a ideia do aspecto. Não há um morfema verbal que marque essa diferença aspectual. Essa diferença será evidenciada pelo complemento do verbo.

No caso do inglês, Payne (1997) mostra que o aspecto não é necessariamente algo que se realiza no plano morfológico, mas sua marcação basicamente fica no nível sintático. Para isso, teria uma combinação entre formas perifrásticas e o predicado verbal. Peguemos, por exemplo, os seguintes enunciados: (3) *I am going* [Eu estou indo] (progressivo) e (4) *I used to walk to school* [Eu costumava ir andando para a escola] (imperfeito). O autor ressalta ainda que a marcação do aspecto pode se dar pela presença de um marcador de lugar ou de direção, isto é, por uma expressão adverbial. Percebemos isso em (5) *I came to see...* [Eu vim para ver] (incipiente, pois marca o início de uma ação ou evento) e em (6) *He cut away at the log.* [Ele corta fora.] (imperfeito).

Diferente de Payne, Bybee (1984) divide as noções de aspecto em duas partes: (1) *perfectivo/imperfectivo; habitual/contínuo* e (2) *incipiente e iterativo*. Sua divisão é justificada por uma posição teórica. Para Bybee, a primeira noção é mais frequente nas línguas flexionais e a segunda, nas línguas derivacionais. É válido lembrar que o Português tem em sua estrutura morfológica as duas características de construção.

De acordo com Bybee (1984), a distinção entre *perfectivo/imperfectivo* é bastante frequente nas línguas, ficando a dicotomia *habitual/contínuo* em segundo lugar de ocorrência. Assim, um evento ou uma atividade pode ser marcado por ser completo ou incompleto. Sendo assim, noções como *pontual, momentâneo, único e limitado* seriam incluídos no perfeito e *durativo, contínuo e habitual* no imperfeito. O habitual e o contínuo poderiam dentro dessas condições serem inseridos no imperfeito. Por sua vez, a segunda divisão trata do início (incipiente) e a sucessividade de um evento (iterativo).

<sup>897</sup> Aspect describes the internal temporal shape of events or states.

Sua investigação permitiu observar que o aspecto pode se realizar morfológicamente, mas que também há outras condições para a sua ocorrência. Em Logbara – língua falada na Nigéria - o aspecto é marcado por uma mudança tonal no verbo e pelas diferentes condições sintáticas que a palavra pode assumir. Nas línguas europeias Geórgia e Croata e na língua indígena Temiar, temos uma realização lexical para o aspecto.

Outro autor que também apresenta uma discussão sobre aspecto é Timberlake (2007). De base funcional, o aspecto, segundo ele, é um processo que está atrelado à semântica do verbo e que deve ser observado desde o plano lexical até o plano textual. É a duração de uma atividade verbal associada aos argumentos dos verbos e aos advérbios.

Para ele, a semântica de cada verbo está associada a um sentido aspectual. O sentido de duração ou de repetição de uma atividade verbal só pode ser marcado dependendo do verbo que está sendo usado. Não se associa um sentido aspectual a qualquer verbo e vice-versa. Para isso, os argumentos que estão presentes também atuam na construção do processo verbal. O autor traz como exemplo o verbo *see* em inglês. *See* pode ter vários sentidos e apresentar vários tipos de processo dependendo do sentido que se pretende. (9) *I see a dog* [Eu vejo um cachorro] marca um processo que se iniciou e encerrou em um determinado momento no passado. Já (10) *I am seeing spots everywhere* [Eu estou vendo manchas em todos os lugares] marca a continuidade de um processo verbal. Essa continuidade é marcada pelo complemento verbal *spots* [manchas].

Sem negar a possibilidade da categoria de aspecto ser marcada por um morfema, Timberlake (2007) apresenta um exemplo do russo que mostra o uso de um morfema para mostrar a mudança de sentido e, conseqüentemente, da ideia do aspecto verbal. Assim, *kurit'* 'fumar' é um processo, mas ao adicionarmos o prefixo *za-* (que significa desviar-se) nos dá *zakurit'* 'começar a fumar'.

De modo geral, os autores acima permitiram levantar reflexões importantes sobre o estudo do aspecto. Um dos pontos principais foi perceber que aspecto não é tempo, como se vem trabalhado nos estudos gramaticais tradicionais. São categorias distintas, mas que podem ser associadas dependendo do sistema lingüístico. Em segundo lugar, a sua condição de existência não deve ser atrelada apenas as questões morfológicas, mas o aspecto, em muitos casos, é uma combinação de recursos que o sistema de uma língua disponibiliza. E tais recursos podem ser de ordem sintática, semântica e lexical, chegando às questões discursivas.

### 3. Algumas considerações dos estudos sobre aspecto no Português Brasileiro

Pensando a questão no Português Brasileiro (PB) percebemos que por anos a fio a questão do aspecto foi tratada de forma indissociável. As três categorias eram, de forma geral, reduzidas a duas: *modo* e *tempo* e tratadas apenas sob o ponto de vista morfológico. Dessa maneira, alguns gramáticos tratam o aspecto dentro da categoria tempo, visto que em PB não há um morfema específico para a sua ocorrência. De certo modo, cristalizou-se essa visão em muitos compêndios gramaticais. Tomemos, por exemplo, as gramáticas de Napoleão Mendes de Almeida (1947) e de Rocha Lima (1997).

Para Almeida (1947), os verbos têm quatro tipos de flexão: temporal, modal, numérica e pessoal. O autor não faz alusão à categoria de aspecto. Algumas considerações sobre essa categoria podem ser percebidas na discussão apresentada em Tempo. Segundo ele, o tempo verbal indica “a época, o tempo em que se realiza a ação verbal” (p. 202). Mostra também que “o tempo pode ser encarado no presente, no passado e no futuro” (idem). Vemos que há uma associação entre as categorias tempo e aspecto, ainda que ele não trate da última em nenhum momento de sua discussão.

Pouca coisa difere na gramática de Rocha Lima (1997). Nela, os verbos são tratados em dois momentos: na morfologia (Verbo) e na sintaxe (Verbo e seus complementos). E

válido anunciar que em nenhum deles, o autor faz uma discussão em torno da categoria de aspecto. Para Rocha Lima, a classe dos verbos expressa cinco ideias: *modo*, *tempo*, *número*, *pessoa* e *voz*. Dessas apenas uma é interessante para a proposta do ensaio: tempo.

A discussão apresentada na obra é bem modesta. O autor prende-se a uma descrição sucinta da categoria. Nem de longe, faz uma abordagem que permita ir ao encontro da discussão sobre aspecto verbal. De modo geral, diz que “o tempo informa se o que expressa o verbo ocorre no momento em que se fala numa época anterior, ou numa ocasião que ainda esteja por vir [...]” (p. 123). Discorre sobre os três tempos verbais: presente, pretérito e futuro e, fecha o debate mostrando que há seis tempos simples em Português no modo indicativo, há três no subjuntivo e apenas um no imperativo.

As pesquisas linguísticas que buscam tratar da categoria do aspecto vêm mostrando que apesar do aspecto em Português não apresentar uma condição morfológica, é uma categoria reconhecida na estrutura verbal. Por isso, as pesquisas abandonam o plano morfológico para observar a marcação do aspecto em outros níveis, como o plano sintático, o semântico e o discursivo.

Um dos principais trabalhos que iniciaram os estudos sobre o aspecto no Português Brasileiro é o do linguista Ataliba de Castilho da década de 60. Desde então, seu estudo se tornou referência para a questão. Para a discussão que segue tomaremos como norte as discussões propostas por Castilho (2010) e Ilari (2008) que, de certa forma, retomam reflexões do primeiro estudo.

Castilho parte do pressuposto de que “o aspecto não dispõe de morfologia própria no português” (p. 417). Entretanto, chama atenção para o fato de que o usuário *combina diversos ingredientes linguísticos* ao codificar os significados aspectuais. Ilari, ao construir uma definição para a noção de aspecto, também compartilha da mesma visão de Castilho ao não reduzi-lo a uma marcação morfológica. Segundo ele, o aspecto é a “aplicação de recursos gramaticais diferentes”. É importante salientar que, para ambos, a categoria de aspecto não está subordinada a de tempo. Em seus estudos, os autores vão apresentar exemplos extraídos de dados da língua falada que mostram que o aspecto não está condicionado a um morfema, bem como afirmam Payne, Bybbee, Timberlake e Givón. Tais autores, como vimos acima, buscam mostrar que o aspecto é uma categoria independente e de relevância nos estudos da classe gramatical do verbo, mas que não se dá apenas pela via morfológica. Tendo por base tais discussões, Castilho e Ilari irão, para o português brasileiro, propor uma organização que leve em conta questões linguístico-discursivos e lexicais para as opções aspectuais do Português.

Castilho, em sua tipologia, propõe uma divisão entre face qualitativa e face quantitativa do aspecto. A primeira se divide em imperfectivo (inceptivo, cursivo e terminativo) e em perfectivo (pontual e resultativo). Nessa parte, percebe-se se o evento ou o estado foi finalizado ou se teve uma duração. Ressalta-se também o início ou o fim da ação verbal. Já na segunda, temos o semelfativo e o iterativo (imperfectivo e perfectivo). Essa divisão procura atender as questões de duração de um evento ou de um estado de coisas.

Vale salientar que o tipo de ocorrência e a quantidade de vezes que ela ocorre está associada à semântica do verbo. Como, por exemplo, nos casos dos verbos tossir e saltitar, que marcam uma sucessão de eventos. De certa forma, vemos que a classificação se realiza dentro de condições que ultrapassam o verbo propriamente dito.

Castilho (2012) salienta ainda os seguintes pontos como importantes na descrição do aspecto no português:

- (1) Papel do léxico e da semântica;
- (2) Papel da gramática: flexão e as perífrases;
- (3) Papel da gramática: os argumentos e os adjuntos quantificadores;

## (4) Papel do discurso.

A divisão proposta por Castilho nos faz pensar que o aspecto em Português é um amálgama de condições lexicais, gramaticais e discursivas que atuam em conjunto no sintagma verbal. Como em outras línguas, tal como visto acima, a condição morfológica não é a única para marcar a categoria.

Em consonância com essas ideias, Ilari (2008) também propõe uma exposição que visa didatizar o estudo do aspecto em Português. Sua exposição se divide em duas etapas. Na primeira, busca dar conta das opções dos tipos de processo em português e na segunda da realização desses tipos.

Segundo ele, podemos sintetizar o aspecto em português nas seguintes dicotomias:

- (1) *perfectivo/imperfectivo (global/parcial)*;
- (2) *perfectivo acabado/perfectivo indeterminado*; e
- (3) *progressivo/não-progressivo*.

Na primeira dicotomia, considera-se o processo como um todo tomado em bloco ou em uma subdivisão em fases. Não haveria aqui uma relação de neutralidade, mas de marcação de ser um e não outro, isto é, ou o verbo marca o perfectivo ou o imperfectivo e vice-versa.

A segunda dicotomia vem da fragmentação do perfectivo. Nela, é salientado o momento de realização da ação. No perfectivo acabado, é mobilizado um momento de referência temporal. Já no perfectivo indeterminado essa condição é dispensada. Tomando emprestado o exemplo de Ilari, vemos que em *Eu já morei aqui* não necessita de uma referência no contexto para marcar o fim da ação. No entanto, ao compararmos *Eu já tinha morado aqui* em comparação com *Eu já tinha morado aqui quando te conheci* vemos que a primeira sentença seria inadequada ao contexto, uma vez que precisaria de uma marcação que homologasse a sua condição. Ou seja, há uma atuação em conjunto das orações que necessita de um momento de referência, para legitimar a primeira ação.

Por fim, no que se refere a terceira dicotomia, daremos conta da sequência de eventos ou estados. Assim, no progressivo, “haveria mais coisas a ver no mesmo processo, antes e depois do segmento focado” (p. 290). Por sua vez, o não-progressivo faz uma focalização no processo. A diferença crucial entre um e outro está na focalização do processo: o primeiro se foca no antes e no depois e o segundo no processo em si. No exemplo explorado por Ilari (2008) extraído de um depoimento temos como perceber melhor essa questão.

*a reforma do ensino foi uma beleza, (Aqui o processo se esgota em si.) ela está modificando (Nesse caso, no entanto, busca-se suporte nos constituintes da oração) radicalmente a estrutura do ensino no Brasil*

A segunda parte de sua exposição concentra-se nos microeventos e nos macroeventos. Nessa proposta, Ilari mostra as recorrências aspectuais em consonância com a duração de eventos que estão condicionadas ao tempo. Nesse ponto da discussão, o linguista traz para o palco os conceitos de iterativo, reiterativo, habitual e repetitivo que não devem ser tratados como sinônimos, mas que devem ser tratados particularmente.

Em sua discussão, chama a atenção para o iterativo com destaque para o habitual. A sua preocupação com essa classificação se dá uma vez que a classificação em microeventos e macroeventos está associada a ela. Dessa forma, os iterativos marcam eventos constituídos por repetições de um mesmo tipo de ação, tais como tossir, bebericar, pestanejar. E, ainda, teriam os verbos que podem ser iterativos dentro de um contexto, conforme o exemplo *A janela bateu a manhã inteira* em que o verbo bater indica repetição, mas aqui marca uma iteração.

O habitual, no entanto, é a ocorrência repetida de um evento durante um certo período de tempo. O exemplo *A janela bate sempre que venta* mostra bem isso. A habitualidade pode estar dentro de um macroevento que marca um quadro temporal mais amplo ou de um microevento que é um evento integrante de um macroevento. Sendo assim, o macroevento estaria associado ao imperfectivo, já que o evento teria uma duração indeterminada; enquanto que o microevento à perfectividade, visto que não teria como medir sua duração se ele não tivesse um término.

Percebemos assim, uma preocupação de Ilari em tratar do aspecto sob uma condição discursiva. Centrar-se apenas no verbo não garante uma análise completa do aspecto apresentado. Por isso, o autor defende que o aspecto é uma aplicação de recursos gramaticais. É interessante notar que as noções básicas de imperfectividade e de perfectividade que o autor acredita ser o principal ponto do estudo sobre aspecto fica por trás de toda discussão. Ainda que tenhamos de olhar para além da morfologia, há condições que são inerentes ao estudo em questão; já que há marcas específicas da aspectividade e, por isso, não temos como subordiná-la à categoria tempo.

Uma obra que apresenta pensamento parecido com as propostas de Castilho (2010) e Ilari (2008) é a Gramática *Houaiss* da Língua Portuguesa de José Carlos de Azeredo (2011). Longe de apenas prescrever a norma padrão da língua, apresenta algumas reflexões bastante pertinentes sobre o sistema linguístico do Português Brasileiro. Quanto ao aspecto verbal, o autor apresenta a discussão no capítulo destinado ao período simples. Nesse capítulo, o autor foca os aspectos sintáticos da classe dos verbos. Diferentemente de outras obras, o aspecto não será discutido sob o ponto de vista morfológico.

De início, ressalta que o aspecto verbal não é uma categoria tradicionalmente trabalhada nas gramáticas tradicionais; ainda que o seu conceito esteja presente nas diferenças de sentido proporcionadas por algumas formas verbais. Ressalta que aspecto não está vinculado à categoria tempo. Para Azeredo (2011), o aspecto “refere-se à duração do processo verbal, independentemente da época em que esse processo ocorre” (p. 206).

Ao trazer a discussão para o Português Brasileiro, mostra que há três modos de representação:

(1) oposição entre conteúdo perfectivo e o conteúdo imperfectivo (ex.: jogou/jogara e jogava);

(2) oposição entre as formas perifrásticas de estar + gerúndio e as formas simples (está jogando X joga);

(3) oposição entre as formas compostas de ter + particípio e as formas imperfectivas simples (tem jogado X joga).

Essas representações permitem construir duas maneiras de conceber o aspecto verbal: completo ou concluído e incompleto ou não concluído. Em ambos, temos a ideia de ação ou evento progressivo ou não progressivo. Além disso, a ação pode se repetir de um ponto passado até o presente (processo iterativo) ou através de uma ação contínua (processo cursivo).

Salienta ainda que apenas olhar para essas condições não se mostra suficiente. “Nós sabemos que o significado preciso de uma frase depende quase sempre do contexto em que a utilizamos” (p. 208). Nessas condições, reforça o uso da expressão adverbial, para compor as diferentes interpretações aspectuais. Veja os exemplos apresentados em que o advérbio marca a duração do processo seja ele cursivo, como no exemplo 1, ou iterativo, caso do exemplo 2:

- (1) O jardineiro está cortando a grama *desde as sete horas*.
- (2) O jardineiro está cortando a grama *todos os sábados*.

Outro ponto apresentada por ele na construção do aspecto em Português é o uso dos verbos auxiliares. Aqui são enfatizadas as características semânticas do verbo, assim mostra diferenças entre os verbos *criar* e *quebrar* e entre *ser* e *estar*. Posto assim, percebemos que o autor se distancia, dessa forma, dos aspectos puramente morfológicos para se tratar das questões aspectuais.

Pelo exposto, percebemos que há alguns pontos em comum dentro da exposição de cada autor. Entender que o aspecto não tem marcas morfológicas em Português, disassociá-lo da categoria tempo, encará-lo como um arsenal de componentes linguísticos são alguns dos pontos que cada autor compartilha. Dessa forma, são postas em cheque as concepções que inferiorizam o aspecto a um mero apêndice dos estudos do tempo na classe dos verbos.

#### 4. Reflexões Finais

A categoria de aspecto na maioria das gramáticas normativas fica relegada ao segundo plano ou, como acontece com frequência, nem aparece na discussão. Quase sempre, as gramáticas dão a entender que o aspecto é algo intrínseco à categoria tempo. No entanto, dentro dos estudos linguísticos, vemos que a discussão ganha corpo e se anuncia bastante promissora, uma vez que há muita coisa ainda a ser estudada. Nem de longe apresentamos discussões mais específicas que envolvem a questão como a presença das perífrases verbais. E, para atender esse objetivo, apresentamos um panorama teórico em que vários autores mostraram que a categoria existe em todas as línguas do mundo e que, na maioria delas, sua ocorrência se dá desvinculada do tempo. De modo geral, todos partilham da mesma ideia de que o imperfectivo e o perfectivo são noções aspectuais presentes em todas as línguas. No entanto, dentro desse pequeno recorte, pudemos perceber como em outras línguas a noção de aspecto se realiza morfológicamente e também, como acontece em Português, a sua realização se dá em um caldeirão linguístico em que se misturam questões sintáticas, semânticas, lexicais e discursivas.

#### Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Saraiva, 1947, 3ª edição.

AZEREDO, José Carlos. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolhas, 2011.

BASÍLIO, Margarida. *Formação e classe de palavras no português do Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002.

BYBEE, Joan L. *Morphology: a study of the relation between meaning and form*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1985.

CASTILHO, Ataliba T. Ataliba de Castilho. In: XAVIER, Antônio Carlos; CORTEZ, Suzana. *Conversas com lingüistas: virtudes e controvérsias da Linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

GIVON, T. *Syntax: a functional-typological introduction* (v. 1). Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1984.

GURPILHARES, Marlene Silva Sardinha. As bases filosóficas da gramática normativa: uma abordagem histórica. *Janus*, Lorena, ano 1, nº 1, 2º semestre de 2004.

ILARI, Rodolfo. *Verbos*. In: ILARI, Rodolfo; NEVES, Maria Helena de Moura; CASTILHO, Ataliba T. (org). *Gramática do Português Culto Falado no Brasil: Vol. II-Classes de palavras e processos de construção*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

ILARI, Rodolfo. *Rodolfo Ilari*. In: XAVIER, Antônio Carlos; CORTEZ, Suzana. *Conversas com lingüistas: virtudes e controvérsias da Linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

LIMA, Rocha. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1997.

MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia Portuguesa*. São Paulo: Pontes, 2002, 4ª ed.

PAYNE, Thomas E. *Morphosyntax: a guide for field linguists*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

TIMBERLAKE, Alan. *Tense, mood and aspect*. In: SHOPEN, Timothy. *Language Typology and Syntactic Description*. Volume III: Grammatical Categories and Lexicon. Cambridge University Press, 2007.